

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**ALTERNATIVAS DE GERAÇÃO DE RENDA NA ECONOMIA INFORMAL:**

*Um Estudo de Caso*

(Centro de Profissionalização Popular - CPP)

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de  
carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia

Vers. Clóvis Cavalcanti  
- Rev. SBTC.

Por: Maricília Volpato

Orientador: Prof. Armando de Melo Lisboa

Área de Concentração: DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO

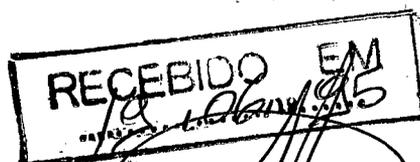
Palavras Chaves: ECONOMIA INFORMAL, PROFISSIONALIZAÇÃO POPULAR, GERAÇÃO DE RENDA

Florianópolis, junho de 1995

Defesa

04/07/95

16hs. 5/18 anexos CSE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9.0 a aluna Maricília Volpato na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

---

Prof. Armando de Melo Lisboa  
Presidente

---

Prof. *Jesiel de Marco Gomes*  
Membro

---

Prof. *Carmen Gólski*  
Membro

***À Deus,  
ao Neri pelo grande incentivo,  
e a todos que direta ou indiretamente  
contribuíram para a realização deste  
trabalho.***

## SUMÁRIO

|                          |      |
|--------------------------|------|
| - LISTA DE ANEXOS .....  | vi   |
| - LISTA DE FIGURAS ..... | vii  |
| - LISTA DE TABELAS ..... | viii |
| - RESUMO .....           | ix   |

### CAPÍTULO I

|  |    |
|--|----|
| 1. O PROBLEMA .....                        | 01 |
| 1.1. Introdução .....                      | 01 |
| 1.2. Formulação da Situação-Problema ..... | 01 |
| 1.3. Objetivos .....                       | 03 |
| 1.3.1. Geral .....                         | 03 |
| 1.3.2. Específicos .....                   | 03 |
| 1.4. Metodologia .....                     | 04 |

### CAPÍTULO II

|   |    |
|---|----|
| 2. ECONOMIA INFORMAL: ASPECTOS CONCEITUAIS .....                      | 05 |
| 2.1. Denominação do Termo Setor Informal da Economia .....            | 05 |
| 2.1.1. Origem da Economia Informal .....                              | 07 |
| 2.2. Em Busca de Um Conceito para a Economia Informal .....           | 09 |
| 2.3. Economia Informal sob a Ótica da Pequena Unidade Produtiva ..... | 12 |
| 2.4. Políticas de Apoio .....   | 14 |

### CAPÍTULO III

|  |    |
|--|----|
| 3. PERFIL DAS ÁREAS CARENTES DE FLORIANÓPOLIS .....            | 18 |
| 3.1. Caracterização das Áreas Carentes .....                   | 18 |
| 3.2. Estrutura Sócio-Econômica das Áreas Carentes .....        | 23 |
| 3.3. Infra-estrutura e Equipamentos Urbanos Comunitários ..... | 25 |
| 3.3.1. O Trabalho dos Grupos Organizados .....                 | 27 |

### CAPÍTULO IV

|  |    |
|--|----|
| 4. CPP- UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO<br>DE RENDA ÀS ÁREAS CARENTES ..... | 29 |
| 4.1. Surgimento do CPP .....   | 29 |
| 4.1.1. Constituição e Objetivos do CPP .....   | 30 |
| 4.2. Dinâmica do CPP .....   | 33 |
| 4.3. Histórico do CPP nas Comunidades .....  | 35 |
| 4.4 . Grupo de Produção .....  | 36 |
| 4.4.1. Algumas Sugestões .....   | 39 |

### CAPÍTULO V

|                                     |    |
|-------------------------------------|----|
| 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES ..... | 40 |
| 5.1. Conclusão .....                | 40 |
| 5.2. Recomendações .....            | 41 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....    | 43 |
| ANEXOS .....                        | 46 |
| FICHA DE AVALIAÇÃO .....            | 54 |

## LISTA DE ANEXOS

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Anexo 1 - Infra -estrutura das Áreas Carentes da Ilha .....</b>           | <b>46</b> |
| <b>Anexo 2 - Infra -estrutura das Áreas Carentes do Continente .....</b>     | <b>49</b> |
| <b>Anexo 3 - Carências das Áreas Carentes de Florianópolis .....</b>         | <b>51</b> |
| <b>Anexo 4 - Problemas Sociais das Áreas Carentes de Florianópolis .....</b> | <b>53</b> |
| <b>Anexo 5 - Atribuições das Entidades Conveniadas no Projeto CPP .....</b>  | <b>55</b> |

## LISTA DE FIGURAS

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Figura 2.1- Localização da Pequena Unidade Produtiva na Economia Informal ....</b> | <b>13</b> |
| <b>Figura 2.2- Sistema de Apoio à Pequena Unidade Produtiva .....</b>                 | <b>17</b> |
| <b>Figura 3.1- Mapa de Localização das Áreas Carentes de Florianópolis .....</b>      | <b>22</b> |
| <b>Figura 4.1- Fluxograma do projeto CPP .....</b>                                    | <b>34</b> |

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela 2.1- Encargos Sociais Incidentes sobre os Salários .....   | 10 |
| Tabela 2.2- Impostos Indiretos .....  | 11 |
| Tabela 3.1- Procedências dos Moradores das Áreas Carentes de Florianópolis ....                           | 19 |
| Tabela 3.2- Situação Empregaticia da Comunidade JIC .....   | 23 |
| Tabela 3.3- Renda Mensal Familiar da Comunidade JIC .....   | 24 |
| Tabela 3.4- Nível de Instrução dos Chefes e componentes das Famílias da<br>Comunidade Ponta do Leal ..... | 25 |
| Tabela 4.1- Venda Mensal do Grupo de Produção da Comunidade JIC .....                                     | 38 |

## RESUMO

Este trabalho surgiu da idéia de se buscar novos caminhos de geração de renda para as camadas mais empobrecidas, oriundas muitas vezes do êxodo rural e de políticas concentradoras de renda. O resultados destas medidas é observado nas periferias das grandes cidades, como o aumento acelerado dos bolsões de pobreza, contendo uma grande massa de desempregados, dando origem a uma economia informal como meio de sobrevivência.

Para detectar as iniciativas de geração de renda nestes bolsões de pobreza é feito uma análise geral das áreas carentes de Florianópolis, através de um levantamento realizado pelo IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis).

Através de um estudo de caso, realizado num <sup>do</sup> Centro de Profissionalização Popular (CPP) em Florianópolis, buscou-se mostrar alternativas de inserção de pessoas de baixa renda na economia, seja ela formal ou informal, por meio do mercado de trabalho, ou dando apoio as iniciativas de produção. A idéia é levar o ensino profissionalizante às áreas carentes como meio de combate a pobreza através da geração de renda.

# CAPÍTULO I

## 1. O PROBLEMA

### 1.1 - Introdução

Esta monografia tem por objetivo analisar um programa de profissionalização popular como alternativa de geração de renda das áreas carentes na economia informal.

Para alcançar este objetivo realizou-se a formulação de uma situação-problema a ser pesquisada, traçando os objetivos a serem alcançados e também a metodologia a ser utilizada.

A primeira parte deste trabalho aborda algumas questões que giram em torno do "mito" da economia informal. Dentro deste contexto, procurou-se salientar uma nova abordagem que a vê como uma forma de desenvolvimento e geração de rendas para as áreas carentes.

Logo a seguir, é feito um levantamento dos 46 bolsões de pobreza que circundam Florianópolis, destacando situações de infra-estrutura básica, emprego, renda, grau de organização comunitária, sua origem e iniciativas de enfoque produtivo emergente.

Na última parte, é destacado um programa de profissionalização popular que visa capacitar profissionalmente adultos e adolescentes de baixa renda de Florianópolis.

### 1.2 - Formulação da Situação Problema

O processo de desenvolvimento adotado na América Latina, nas últimas décadas, tem como característica a pouca criação de empregos, pois o modelo de industrialização utilizado aumenta a produtividade pela inserção de novas tecnologias, mas o mesmo não se reflete em aumento de oferta de trabalho (Souza, 1980).

Este modelo de desenvolvimento é concentrador de riquezas e também gerador de pobreza, isto é verificado nos grandes centros urbanos, que por decorrência gera o setor informal da economia (Santos, 1979).

A economia informal "situa-se como um conjunto de atividades econômicas de produção ou comercialização de bens e serviços não tipicamente capitalistas, pois as relações predominantes não são de assalariamento(...)." (Carvalho, 1990, p.5).

No Brasil a pobreza urbana e o grande número de desempregados é decorrente do modelo de desenvolvimento capitalista adotado no início do processo de industrialização, tendo sempre a tendência de ser exclusor de mão-de-obra. Outra decorrência da pobreza urbana pode ser dada pelo êxodo rural, verificado nos últimos anos, onde as famílias de agricultores viam na indústria uma alternativa de sobrevivência que não era mais encontrada no campo. Buarque coloca que:

*"A urbanização foi provocada por medidas de política econômica que incentivaram a industrialização e a urbanização, atraindo populações para as cidades, e a ausência de políticas agrícolas que beneficiassem a população rural, servindo para expulsá-los do campo. A forte atração das cidades se industrializando e uma igualmente grande expulsão do campo organizado em latifúndios, levou a população à migração descontrolada" (Buarque, 1993, p. 19).*

Diante das dificuldades de se criar postos de trabalho que possam gerar renda, o trabalhador, para conseguir a sobrevivência de sua família, busca oportunidades na economia informal. Esta opção acaba sendo "uma saída espontânea e criativa encontrada pelas camadas populares, face a incapacidade do estado em satisfazer as aspirações mais elementares da população" (De Soto, 1987, p. XVIII).

Neste contexto, a economia informal tem grande importância, pois absorve grande parte dos desempregados dos centros urbanos e também é responsável pela geração de renda.

Sendo assim, a economia informal não pode mais ser apontada

*"como uma doença social a ser extirpada via o avanço do capitalismo ou, sobre uma ótica oposta, como um*

*mal necessário e funcional ao próprio sistema. Neste caso as atividades informais funcionam como estratégias de que tanto o trabalhador lança mão para sobreviver como o capital se vale para reproduzir-se.* (Azevedo, 1988, p.136).

Florianópolis, sendo a capital do estado, vem enfrentando problemas com o aumento dos bolsões de pobreza e conseqüentemente a marginalização da mão-de-obra deste local. Foi como uma forma de oportunizar a geração de renda na economia informal, que a PMF criou um programa de profissionalização popular (CPP), que visa levar até as áreas carentes de Florianópolis a qualificação desta mão-de-obra.

O grande desafio deste projeto está na formação de trabalhadores com especialização adequada para o mercado de trabalho ou de capacitá-los a serem pequenos produtores para atuar em uma economia informal alternativa.

### **1.3. Objetivos**

#### **1.3.1. Geral**

Verificar a dinâmica sócio-econômica do programa de profissionalização popular (CPP), coordenado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), bem como analisar os resultados obtidos em função dos objetivos iniciais propostos pelo projeto.

#### **1.3.2. Específicos**

- Apresentar uma perspectiva teórica sobre a economia informal, objetivando salientar neste contexto oportunidades de desenvolvimento e geração de renda;
- Identificar as áreas carentes de Florianópolis, mostrando suas origens e principais dificuldades.

- Apresentar a evolução do programa de profissionalização popular (CPP) em duas comunidades carentes de Florianópolis.
- Verificar a dinâmica do CPP dentro da economia informal.

#### 1.4. Metodologia

A metodologia de trabalho utilizada na elaboração desta monografia baseou-se primeiramente, num levantamento bibliográfico, através de leitura exploratória, em publicações referente ao assunto proposto. Com isto é possível adquirir conhecimentos mais abrangentes sobre o objeto estudado, possibilitando fazer uma avaliação do programa de profissionalização popular.

A pesquisa empírica (nas comunidades onde funciona os CPP) foi feita através do método observacional, com a participação em reuniões nas comunidades e no conselho deliberativo do CPP (por meio de estágio prático), seminários e grupos de estudos. Nestas reuniões foram realizados levantamentos de dados e entrevistas, com as pessoas envolvidas com o programa CPP, verificando-se a organização e eficiência do mesmo.

O trabalho culminou com a organização dos dados levantados juntamente com uma avaliação analítica-descritiva do mesmo.

## CAPÍTULO II

### 2 - SETOR INFORMAL DA ECONOMIA - Aspectos Conceituais

Este capítulo tem o intuito de analisar algumas questões que giram em torno da caracterização da economia informal.

A economia informal pode ser associada as atividades consideradas ilegais ou subversivas. Este trabalho, no entanto, se direciona para a existência da economia informal como uma alternativa de desenvolvimento e geração de renda, por meio das pequenas organizações de iniciativas produtivas existentes.

#### 2.1 - Denominação do Termo Setor Informal da Economia

Conforme consta nos trabalhos de Cacciamalli, no início dos anos 70 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) criou um programa de estudos que tinha por objetivo avaliar a evolução do emprego e da renda em países subdesenvolvidos, principalmente nos países onde o processo de industrialização tinha se dado de maneira muito rápida. Este programa foi chamado de Programa Mundial de Emprego.

Um dos estudos realizados foi no Kenya, <sup>o qual</sup> onde obteve rápida projeção no meio técnico-acadêmico, pois este estudo serviu de metodologia para que fosse feito em outros países.

Nesta pesquisa *"procurou-se constituir uma categoria analítica que descrevesse as características das atividades geradoras de baixa renda e concentradoras dos trabalhadores mais pobres do meio urbano"* (Carneiro, 1990, p. 816).

Um dos importantes achados neste estudo foi o desenvolvimento de uma *"tipologia alternativa denominada de setor formal e informal, para o aporte teórico e operacional dual clássico"* (Cacciamalli, 1990, p.832). Até então, os termos que eram freqüentemente utilizados em países em desenvolvimento, que realizavam estudos na área de produção, emprego e renda, eram setores moderno e tradicional.

Carneiro coloca que o uso do termo economia informal deu-se pelo fato de que as políticas de renda e emprego levavam algum tempo para atingir as camadas

mais empobrecidas da população. Verificou-se também que os trabalhadores deste setor sobreviviam em condições desfavoráveis, executando atividade simples e de pequena escala.

O relatório da OIT organizou critérios onde se podia reconhecer o setor formal e informal da economia, através das seguintes características:

### Setor Formal

- Defronta-se com barreiras à entrada;
- Depende de recursos externos;
- A propriedade do empreendimento é impessoal;
- Opera em larga escala de produção;
- Utiliza processos produtivos intensivos em capital e tecnologia moderna;
- Mão-de-obra adquire qualificação requerida por meio da escolaridade formal;
- Atua em mercado protegido através de tarifas, quotas, etc.

### Setor Informal

- Há facilidade de entrada;
- O aporte de recursos é de origem doméstica;
- A propriedade do empreendimento é individual ou familiar;
- Opera em pequena escala de produção;
- Os processos produtivos são intensivos em trabalho e a tecnologia é adaptada;
- A mão-de-obra qualifica-se externamente ao sistema escolar formal;
- Atua em mercados competitivos e não regulados.

Os Setores Formal e Informal podem ser definidos como: o Setor Formal é aquele que compreende as atividades econômicas organizadas onde: "*as unidades domésticas oferecem mão-de-obra ao sistema formal de produção e recebem em troca remuneração em moeda salário, sendo que a quantificação desses fluxos encontram-se na base da contabilidade nacional*" (Rezende, 1980, p. 111).

Setor Informal é definido como o conjunto de atividades não organizadas,

*"(...) por um lado, significa não-organizada em termos capitalistas em que se distingue a propriedade do trabalho e do capital e onde o salário não é a forma usual de*

remuneração do trabalho. Por outro lado, significa não organizada juridicamente no sentido de que inclui as empresas que, preenchendo a condição de serem capitalista no sentido que se acaba de mencionar, por serem demasiadamente pequenas não cumprem todas as obrigações legais referentes a legislação social, as leis do salário mínimo e etc." (Souza, 1980 p. 135).

O conceito proposto pela OIT suscitou muitas dúvidas e críticas, entre as quais o fato que esta organização propunha uma "visão analítica segmentada em dois mercados, (...) o qual dividia a economia em dois setores distintos, com processo de expansão autônomos (Vasconcellos, 1994, p. 17).

Esta visão é também colocada por Cacciamali como sendo simplista demais para refletir a realidade das estruturas de produção, emprego e renda de um país em desenvolvimento. Neste contexto o economia informal é associado aos estratos mais pobres da população, e o mesmo era algo passageiro que tenderia desaparecer com o crescimento econômico.

### 2.1.1 - Origem da Economia Informal

A origem da economia informal, principalmente em países subdesenvolvidos, está ligada as crises de desemprego e de recessão econômica que estes países passaram nas últimas décadas. Estas crises se manifestaram através da exclusão social e econômica de camadas menos favorecidas da população que fazem parte destas economias.

"O setor informal é também um produto do próprio processo de crescimento das atividades modernas. Num contexto de rápido crescimento da força de trabalho, escassez de oportunidades no campo e elevado ritmo de incorporação de progresso técnico nas atividades modernas, o excedente de mão-de-obra cria este novo setor" (Souza, 1980, p. 130).

O desemprego foi oriundo de sucessivas políticas de industrialização, baseada na substituição de importações, que gerou um desenvolvimento industrial onde colocou uma parcela da sociedade numa economia urbana industrial. No decorrer do processo de desenvolvimento baseado nesta política, a absorção de mão-de-obra se fez de modo excludente, pelo fato das tecnologias usadas serem poupadoras de mão-de-obra (Chahad, 1986).

No Brasil, além da recessão econômica ocorrida em meados dos anos 80 onde o produto da economia e também o número de empregos diminuíram, o êxodo rural também contribuiu para que o número de desempregados no centros urbanos aumentasse. A falta de políticas de apoio que incentivassem a permanência destes agricultores no campo e a mecanização da agricultura (que é técnica <sup>mente</sup> poupadora de mão-de-obra), fez com que eles migrassem para as cidades em busca de melhores oportunidades de trabalho.

Tookman<sup>o</sup> coloca que a origem da economia informal está associada ao:

*"excedente de mano de obra, en su mayoría individuos que emigraban desde zonas rurales a las urbanas que no podían encontrar trabajo en los sectores modernos. Enfrentados a la necesidad de sobrevivir tenían que desempeñar cualquier actividad que les permitiera percibir un ingreso"* (Tookman<sup>o</sup>, 1987, p. 514).

Unindo os imigrantes das zonas rurais aos já desempregados dos grandes centros urbanos, "os trabajadores desocupados y sus familias generan formas alternativas de organización productiva y de actividades laboral, dando origen a una sorprendente diversidad de estrategia de supervivência (...)" (Max-Neef, 1986, p. 64).

Além do já exposto, outro fator que pode dar origem à economia informal são os baixos níveis de salário auferidos no sistema formal de produção, fazendo com que os trabalhadores busquem nesta economia informal alternativas que venham complementar sua renda. Estas alternativas se traduzem na forma de biscateiros, artesões, pequenos produtores, comércio ambulante e muitos outros.

Para Cavalcante<sup>o</sup> a economia informal "é um verdadeiro colchão de molas para a mão-de-obra marginalizada da economia urbana" pois este setor é sempre flexível as mudanças que ocorrem na economia. A economia informal vai sempre existir mas terá sua presença mais acentuada em épocas de crises e recessões econômicas.

Enfim, a economia informal não pode estar associada somente ao subdesenvolvimento, crises, "deteriorização social", etc. Ela também pode ter sua origem vista enquanto uma alternativa de desenvolvimento capaz de otimizar recursos dentro da ótica de geração de renda que pode ser transformada em formas criativas de sobrevivência e melhoria na qualidade de vida.

## 2.2 - Em Busca de um Conceito para a Economia Informal

Vários são os conceitos aplicados à economia informal, buscar-se-á um enfoque que melhor se adapte a realidade dos dias atuais.

A economia informal encontra-se associada na literatura especializada a dois fenômenos distintos. O primeiro, que vai de encontro a abordagem neoliberal, surgiu nos países industrializados e é mais recente. Neste enfoque a economia informal está caracterizada pelas atividades econômicas que não cumprem as regulamentações institucionais, sejam estas fiscais, trabalhistas ou outras. Este enfoque ainda abre espaço para atividades ilegais e a contravenção, como: jogo do bicho, tráfico de drogas, prostituição e etc.

Diante desta abordagem neoliberal, Carneiro coloca que:

*"(...) a explicação para a clandestinidade não está na necessidade de complementação da renda familiar ou na necessidade de sobrevivência, em última instância, na verdade, o que mostra como principais fatores que induzem a economia informal são os custos trabalhistas do emprego legal e a carga fiscal das empresas." (Carneiro, 1990, p.818).*

A tabela 2.1 mostra a evolução dos encargos sociais sobre o salário no Brasil, representado o alto custo do trabalho decorrente da taxaçoão do Estado.

Verifica-se nesta tabela que os encargos passaram de 39,5% em 75, para 45,05% em 82, um acréscimo de 14%. Este acréscimo é devido as alterações introduzidas no final de 81 nas alíquotas de contribuição da Previdência Social, passando de 8 para 10% em 82.

TABELA 2.1 - Encargos sociais incidentes sobre os salários  
1975, 1980 e 1982 - em %

| Discriminação                          | 1975        | 1980        | 1982         |
|--|-------------|-------------|--------------|
| IAPAS                                  | 8,0         | 8,0         | 10,0         |
| SESI, SESC                             | 1,5         | 1,5         | 1,5          |
| SENAI, SENAC                           | 1,0         | 1,0         | 1,0          |
| INCRA                                  | 0,2         | 0,2         | 0,2          |
| 13º Salário para o IAPAS               | 0,6         | 0,6         | 0,75         |
| Salário-família                        | 4,0         | 4,0         | 4,0          |
| Salário-educação                       | 1,4         | 2,5         | 2,5          |
| Salário-maternidade                    | 0,3         | 0,3         | 0,3          |
| FUNRURAL                               | 2,4         | 2,4         | 2,4          |
| FGTS                                   | 8,0         | 8,0         | 8,0          |
| 13º Salário pago ao empregado          | 8,3         | 8,3         | 10,9         |
| Depósito por rescisão sem justa causa  | 0,8         | 0,8         | 0,8          |
| Seguro de Acidentes de Trabalho        | 3,0         | 3,0         | 2,0          |
| Incidência do FGTS sobre o 13º salário |             |             | 0,7          |
| <b>TOTAL</b>                           | <b>39,5</b> | <b>40,6</b> | <b>45,05</b> |

Fonte: Conjuntura Econômica, 06/75, p.75; 04/80, p.74; 01/82, p.41; in: Lima, Beatriz M. F. de. Criptoconomia ou Economia Sbtterrânea, RJ. FGV, 1985.

A tabela 2.2 mostra a percentagem dos impostos indiretos nos principais países. Entende-se por impostos indiretos aqueles que são transferidos ao consumidor e interpostos entre os custos de produção e preço de venda dos bens de serviços sobre os quais incidem, como por exemplo IPI, ICMS, etc. (Lima, 1986).

Nesta abordagem a ilegalidade é a característica principal da economia informal, estando associada a excessiva intervenção do estado no mercado, tanto na forma burocrática, corrupta e ineficiente, como pela excessiva carga de tributos. Isto vem provocando o deslocamento das empresas e pessoas para a economia informal. Sendo que nesta economia poderia-se atuar de forma mais eficiente e lucrativa.

TABELA 2.2 - Impostos Indiretos

| Países         | 1970 | 1975 | 1980 |
|----------------|------|------|------|
| Australia      | 27,5 | 25,3 | 28,1 |
| Austria        | 36,3 | 33,8 | 30,4 |
| Bélgica        | 33,8 | 25,3 | 23,1 |
| Canadá         | 27,6 | 26,1 | 24,1 |
| Dinamarca      | 36,6 | 31,6 | 35,7 |
| Finlândia      | 40,8 | 34,5 | 40,5 |
| Alemanha       | 30,0 | 25,3 | 25,8 |
| Irlanda        | 49,4 | 44,4 | 42,9 |
| Itália         | 35,9 | 27,9 | 26,7 |
| Japão          | 20,9 | 15,0 | 14,0 |
| Países Baixos  | 26,1 | 22,3 | 22,8 |
| Nova Zelândia  | 25,6 | 22,8 | 21,4 |
| Noroega        | 42,1 | 37,3 | 34,9 |
| Portugal       | 41,0 | 36,4 | 39,6 |
| Suécia         | 26,8 | 23,0 | 22,9 |
| Suíça          | 24,9 | 18,3 | 18,9 |
| Grã-Bretanha   | 26,4 | 23,5 | 27,1 |
| Estados Unidos | 16,9 | 16,1 | 14,4 |
| Médias         | 31,6 | 27,2 | 27,4 |
| Brasil         | 64,4 | 55,1 | 53,3 |

Fonte: OECD, Paris, 1981 in: Lima, Beatriz M. F. de. Criptoconomia ou Economia Sbtterrânea, RJ. FGV, 1985.

*Queda de impostos indiretos.*

A segunda abordagem surgiu em meados dos anos 70, com o intuito de superar as dificuldades teóricas deixadas pela conceituação formulada pela OIT. A partir desta abordagem a economia informal é vista sobre a ótica das relações de produção e trabalho. Neste sentido a economia informal também denominada de pequena produção, é posta como:

*" o conjunto das atividades econômicas onde não há separação entre capital e trabalho. O produtor de posse de instrumentos de trabalho e dos conhecimentos necessários,*

*que com a mão-de-obra familiar ou auxílio de alguns ajudantes executa e simultaneamente administra uma atividade econômica.*" (Caccianalli, 1990, p. 831).

Esta abordagem propõe a visão de um único mercado entre a economia formal e informal *"onde a expansão do setor formal determina a expansão do informal, sendo este dependente e subordinado aos movimentos de expansão do formal"* (Vasconcellos, 1994, p. 17). Desta forma, a dinâmica das atividades econômicas, ao mesmo tempo que abre espaços para a abrangência das atividades formais, também abre um "leque de oportunidades" para os pequenos produtores e trabalhadores por conta própria.

Diante destas duas abordagens, que mostram as diferenças teóricas e conceituais da economia informal, Caccianalli sugere que o *"termo economia informal seja utilizado as atividades econômicas segundo o corte das relações de produção (...)"* (Cacciamali, 1989, p. 02). Já o fenômeno da clandestinidade dentro da estrutura econômica receba outra denominação como: economia subterrânea, submersa, oculta ou invisível.

### **2.3 - Economia Informal sobre a Ótica da Pequena Unidade Produtiva - PUP**

Dentro do universo da economia informal, existe uma série de atividades que podem ser executadas como alternativas para geração de renda. A figura 2.1 mostra esquematicamente uma visão do campo ocupado pela pequena unidade produtiva dentro do universo da economia informal. Como mencionado nos objetivos deste trabalho, este ítem vai se ater à questão da pequena unidade produtiva, como uma alternativa de desenvolvimento as camadas mais empobrecidas.

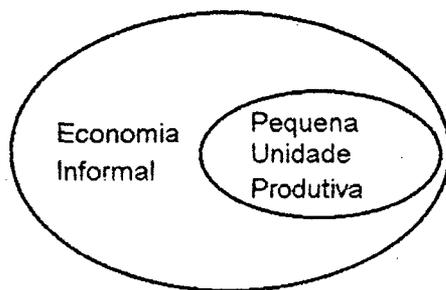


Figura 2.1 - Localização da PUP no setor informal

As Pequenas Unidades Produtivas tem sido a alternativa de muitas pessoas que estão inseridas no mercado informal, seja como "estratégia de sobrevivência", que é o caso de trabalhadores demitidos do setor formal que se ocupam temporariamente de uma atividade - fazem algum "bico" - até voltar ao mercado de trabalho, sejam aqueles que fazem da informalidade uma "estratégia de vida" onde, quem está nele, está de fato trabalhando e produzindo algum bem ou serviço (Machado, 1994). ←

Estas PUPs "representam um terreno favorável para a exploração de pequenos negócios que se colocam, muitas vezes, como uma alternativa vantajosa em relação ao trabalho assalariado" (Azevedo, 1993, p. 99).

As pequenas unidades produtivas se caracterizam pelo fato de que o "proprietário compõe sua renda usando, tanto o próprio trabalho, quanto seus próprios meios de produção" (Almeida, 1989, p. 15). Neste caso, o proprietário absorve para si o papel de trabalhador e assalariado, ou seja, fazendo parte do processo produtivo. Toma-se como exemplo os artesões, que além de produzir suas mercadorias são eles quem as vendem, compram matéria-prima e as organizam.

Outra característica mencionada por vários autores, está voltada em torno da racionalidade econômica que rege as pequenas unidades produtivas, pois o objetivo principal é a criação e ampliação de postos de trabalhos e não o princípio de acumulação de capital mediante o lucro.

É colocado por Razeto que, "não há um processo de acumulação de capital, mas de aperfeiçoamento técnico e humano. Todo o ganho se reverte logo no melhoramento do instrumento inicial e na formação de operários. É uma resposta evidente dos que ficaram excluídos do sistema normal de trabalho e que rejeitam a fatalidade. Aos poucos esta estratégia defensiva de sobrevivência, torna-se uma opção social, econômica e política. (...)" (Razeto, 1994, p. 65).

Contudo, apesar das PUP desempenhar um papel importante na economia, a sustentabilidade das mesmas se mostra de maneira muito deficitária, fazendo com que elas surjam e desapareçam com a mesma facilidade. (Max-Nef, 1986).

A explicação para estas dificuldades se encontra dentro da própria estrutura dessas PUP. Estas geralmente são constituídas por pessoas pobres, que possuem pouco ao nenhum capital para iniciar ou dar continuidade as PUPs. Além das dificuldades de capital, as mesmas operam com tecnologia rudimentar ou adaptada, que acaba se refletindo em baixa produtividade. Também é observado a pouca qualificação da mão-de-obra, dificuldades de comercialização e também de acesso ao crédito, conseqüência esta da própria condição de informal.

Todas estas dificuldades tornam as PUPs ineficientes, com baixa rentabilidade e com os produtos incapazes de competirem no mercado. Para tais dificuldades, uma alternativa é a criação de políticas de apoio, não importando se do Estado, do setor privado ou das organizações não governamentais.

## 2.4 - Políticas de Apoio

É necessário cada vez mais estabelecer políticas de apoio produtivas para as atividades informais, pois estas constituem-se em instrumentos com potencialidades para diminuir os níveis de pobreza e melhorar a qualidade de vida das pessoas nelas inseridas.

Souza coloca que existem três razões para que estas políticas de apoio sejam estabelecidas:

- Primeira grande percentagem da força do trabalho urbano se localiza na economia informal;
- Segunda as características das pessoas e atividades desta economia determinam a concentração de camadas mais pobre da população;
- Terceira a força de trabalho acupada nesta economia está fora do alcance da maioria das políticas de renda.

Delinear políticas de apoio que venham aumentar a produtividade e conseqüentemente o nível de renda, terá grande importância no sentido de fazer com que o desenvolvimento e a permanência das PUPs ocorram. Isto é observado pois um

dos principais problemas das PUPs é o baixo nível de renda, que deriva, muitas vezes, de aspectos voltados à organização e estrutura de custos, que estão relacionadas com a pequena escala de produção em que operam.

Outro problema é que *"os empresários informais carecem de capital, conhecimento tecnológico, recursos organizacionais"* (Portes, 1993, p.35), apoio para a comercialização dos bens e serviço produzidos e legislação tributária específica.

Estabelecer um programa de apoio a estes "pequenos empresários" é importante para melhor capacitá-los e torná-los efetivamente "empreendedores".

As políticas deveriam dar condições de acesso a linhas de créditos, seja com a criação de entidades de créditos que atendam exclusivamente a economia informal, seja na criação de um banco de dados, onde estariam concentrados todos os organismos com linhas de créditos adequadas para fomentos das pequenas unidades produtivas.

Outra meta é a transferência do conhecimento tecnológico através da adaptação e difusão das tecnologias adequadas para estas unidades, com isso visando a obtenção de maior eficiência econômica. O conhecimento voltado à formação em matéria de organização e administração desses "pequenos empresários", também ajudará a alcançar estes objetivos.

A comercialização dos bens e serviços gerados poderia se dar através da criação de centrais de compra e vendas, como: feiras, mercados ou em uma rede de trocas entre comunidades que operam dentro da pequena unidade produtiva, programas de vendas de produtos artesanais, exposições de pequenos produtores, facilitação para concorrer em licitações de compra do estado ( confecções de roupas, carteira escolares etc.) e também na formação de uma cooperativa de comercialização para pequenos produtores.

#### O apoio produtivo

*"tiende a mejorar la capacidad de competir de las microempresas corrigiendo la falta de acceso a los recursos productivos en particular al crédito, a la capacitación y a la tecnología. En los primeros se trata principalmente de enfrentar el problema de falta de garantías reales necesarias para conseguir crédito; e los segundos, las carencias de calificaciones organizacionales y gerenciales y en los últimos, la falta*

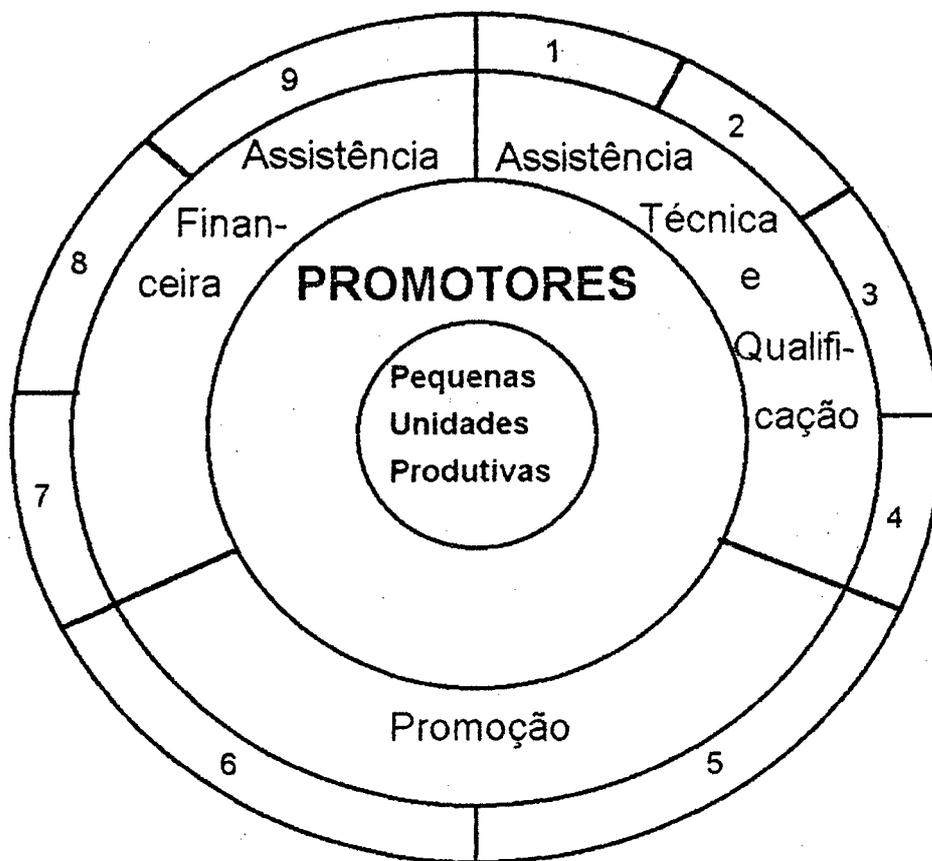
*de innovaciones en tipo de productos, calidad y modo de producción*" (Tockmann, 1994, p. 183).

O que se observa nas políticas de apoio existente atualmente é o enfoque paternalista, sendo que muitas vezes, os promotores destas políticas não conhecem de fato a realidade em que vivem as PUPs. Há uma imposição sobre o que vem a ser melhor para o desenvolvimento destas unidades. Pressupõe-se, no entanto, a participação efetiva das pessoas envolvidas com as PUPs na elaboração e execução destas políticas, para que seus interesses sejam de fato considerados.

O que se propõe é uma política onde haja participação efetiva das PUPs nas discussões com os promotores, sobre as dificuldades e os possíveis caminhos para solucioná-las. A busca de alternativas que melhorem a eficiência das PUPs, tem-se que realizar dentro delas mesmas, ou seja, o processo deve ocorrer de dentro para fora. A participação tem como objetivo principal incentivar os grupos produtivos a desenvolverem-se por si mesmos, possibilitando assim uma participação efetiva dos membros das PUPs dentro de um processo democrático, capacitando estes empreendimentos a seguirem sozinhos, quando o trabalho de apoio inicial chegar ao fim. Para que estes objetivos sejam alcançados dentro de um processo participativo é necessário que a auto-sustentação das PUPs seja concretizada, ou seja, além de recursos financeiros, humanos e tecnológicos, é necessário que as PUPs consigam gerar capital para o seu desenvolvimento e sua independência (Promoción de Cooperativas y Pequeñas Unidades Productivas Dentro del Sector de la Economía Social, 1991).

Estas políticas de apoio, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento e geração de renda, tem que se dar de forma articulada, trabalhando com o fato que a existência da economia informal é estrutural. Desta forma, estas políticas devem estar sempre presentes as iniciativas de produção e geração de renda que surgirem dentro da economia informal.

A figura 2.2 demonstra a estruturação de um sistema de apoio às pequenas unidades produtivas onde o "empresário" das PUPs deixa seu papel passivo de receptor de apoio externo para assumir um papel de protagonista do processo.



- |                                       |                                 |
|---------------------------------------|---------------------------------|
| 1. Assistência Administrativa         | 6. De Novas Unidades Produtivas |
| 2. Assistência para a Produção        | 7. Fundos Rotativos             |
| 3. Assistência para a Comercialização | 8. Fundos de Garantias          |
| 4. Assistência para a Vida em Grupo   | 9. Outros Créditos              |
| 5. Unidades Produtivas Existentes     |                                 |

Figura 2.2 - Sistema de apoio a pequena unidade produtiva

Fonte: Promoción de Cooperativas y Pequeñas Unidades Produtivas Dentro del Setor de la Economía Social, 1991 (adaptada pela autora).

O que se propõe é cada vez mais encontrar meios de melhorar as condições de quem sobrevive na informalidade. Políticas que valorizem esta mão-de-obra provavelmente refletirão em políticas de emprego alternativas para as sociedades em desenvolvimento e terão como resultado menos exclusão econômica e social.

## **CAPÍTULO III**

### **3 - PERFIL DAS ÁREAS ECONÔMICAS DE FLORIANÓPOLIS**

Este capítulo tem por objetivo mostrar as características das áreas carentes de Florianópolis, para tanto é feita uma análise do levantamento geral do surgimento destas áreas realizado pelo IPUF. Em seguida são abordados os aspectos sócio-econômicos referentes à infra-estrutura, população, trabalho e renda.

#### **3.1 - Caracterização das Áreas Carentes**

A população do município de Florianópolis é de 255,990 mil habitantes, conforme dados do IBGE/91, sendo deste total, 32,330 mil são consideradas carentes, ou seja, 12,63% da população ( segundo critério do IPUF, são considerados carentes as pessoas que tem renda entre 0 e 5 salários mínimos).

Grande parte desta população é formada por migrantes, que buscam nas grandes cidades alguma alternativa de trabalho que possam gerar melhor condições de vida e de renda. A busca de trabalho destas pessoas deriva do fato da expulsão do homem do campo, verificada com maior intensidade nas ultimas décadas.

Apesar de Santa Catarina ser considerada um dos estados do Brasil com maior número de pequenas propriedades, este vem enfrentado problemas relacionados com o aumento dos latifúndios e a conseqüente expulsão do homem do campo para as cidades.

Florianópolis, como capital do estado, é um dos centros urbanos mais procurados pelos migrantes, que formam hoje junto com o resto da população carente, 46 bolsões de pobreza, sendo, 28 localizados na Ilha e 18 no Continente. Estes

migrantes tem procedência das mais variadas partes. Vindo do Planalto Serrano, Oeste do estado, da Grande Florianópolis e também da cidade de Florianópolis. Este último fluxo é formado por pessoas que moravam no interior da Ilha e nas praias, como alguns pescadores, por exemplo, que foram atingidos pelo processo de especulação e valorização imobiliária, em função de uma indústria do turismo que vem se desenvolvendo mais intensivamente nas duas últimas décadas (Raitz, 1994).

Segundo dados do IPUF, todas as pessoas que abandonam sua terras de origem deve-se ao fato da falta de trabalho ou de terras para cultivar e morar. Em busca de melhores condições de vida, trabalho, educação para os filhos, tratamento de saúde, enfim um lugar para poderem concretizar suas necessidades básicas, a migração para Florianópolis parece uma saída para resolver estas dificuldades.

O quadro abaixo mostra as diversas procedências dos moradores das áreas carentes de Florianópolis por ordem de colocação:

Tabela 3.1 - Regiões de procedência dos moradores das áreas carentes

| ILHA                                    | CONTINENTE                        |
|---|-----------------------------------|
| 1) Planalto Serrano                     | 1) Oeste do Estado                |
| 2) Florianópolis                        | 2) Planalto Serrano               |
| 3) Oeste do Estado                      | 3) Florianópolis                  |
| 4) Sul do Estado                        | 4) Região da Grande Florianópolis |
| 5) Região da Grande Florianópolis       | 5) Sul do Estado                  |
| 6) Outro Estados (PR e RS)              | 6) Outro Estados (PR e RS)        |
| 7) Norte do Estado                      | 7) Vale do Itajaí                 |
| 8) Vale do Itajaí                       | 8) Norte do Estado                |
| 9) Outros Países (Argentina e Paraguai) |                                   |

Fonte - IPUF/93 - Perfil das Áreas Carentes

O maior problema que tanto a cidade quanto as pessoas enfrentam quando chegam a Florianópolis é a questão do emprego. A cidade não consegue absorver um contingente de pessoas (migrantes) tão grande dentro das condições

mínimas de sobrevivência (trabalho e moradia). Florianópolis não se caracteriza como uma cidade industrial, sua economia é gerada através do comércio, turismo e funcionalismo público, sendo que o setor terciário é o que observa maior número de emprego (em torno de 83%, segundo Revisão do Plano Diretor de Florianópolis).

É neste cenário de pouca perspectiva de trabalho que o migrante chega a Florianópolis e para conseguir sobreviver acaba se constituindo em mão-de-obra barata e sem muita qualificação, dando origem, muitas vezes, ao subemprego.

A marginalização dos migrantes dá-se pelo fato de muitas vezes, quando chegam nas cidades, não tendo um lugar para se fixar, e nem renda para conseguir tal, acabam se acomodando em periferias, viadutos, barracos improvisados, sem as mínimas condições de habitação.

O aumento cada vez maior destes espaços vão originar os bolsões de pobreza ou favelas e o aumento destes, trazem consigo a crescente demanda por empregos e serviços de infra-estrutura básica.

O número de favelas segundo dados do IPUF tem crescido bastante no município de Florianópolis, passando de 38 áreas carentes em 1991 para 46 em 1993, um aumento de 21,05% num espaço de 3 anos.

Uma peculiaridade das favelas de Florianópolis em relação as de outras cidades de médio e grande porte, está no fato de se encontrarem na sua maioria, próxima à área central ou bairros, como pode ser observado no mapa de localização das áreas carentes a seguir.

A figura 3.1 apresenta o mapa de localização das áreas carentes de Florianópolis. Apresenta-se a seguir a lista das comunidades carentes da Ilha e do Continente, numeradas de acordo com o mapa da figura 3.1.

## CONTINENTE

- 01 - Via Expressa
- 02 - Morro da Caixa I
- 03 - Morro da Caixa II
- 04 - Vila Aparecida I
- 05 - Vila Aparecida II
- 06 - Arranha Céu
- 07 - Morro do Flamengo
- 08 - Santa Terezinha I
- 09 - Santa Terezinha II
- 10 - Baixada do Sapé
- 11 - Monte Cristo
- 12 - Nova Esperança
- 13 - Chico Mendes
- 14 - Novo Horizonte
- 15 - Nossa Sra da Glória
- 16 - Nossa Sra do Rosário
- 17 - Ponta do Leal
- 18 - Jardim Ilha Continente

## ILHA

- 01 - Morro do Mocotó
- 02 - Morro da Mariquinha
- 03 - Monte Serrat
- 04 - Rua Laudelino Lima
- 05 - Santa Clara
- 06 - José Boiteux
- 07 - Angela Laporta
- 08 - Morro do Céu
- 09 - Nova Trento / Morro do 25
- 10 - Pedegral
- 11 - Morro do Horácio
- 12 - Penitenciária
- 13 - Vila Santa Rora
- 14 - Serrinha I
- 15 - Serrinha II
- 16 - Pantanal
- 17 - Morro do Quilombo
- 18 - Morro do Vino
- 19 - Morro da Janga
- 20 - Morro do Balão
- 21 - Morro do Atanásio
- 22 - Caiera Vila Operária
- 23 - Carvoeira
- 24 - Morro da Queimada
- 25 - Costeira

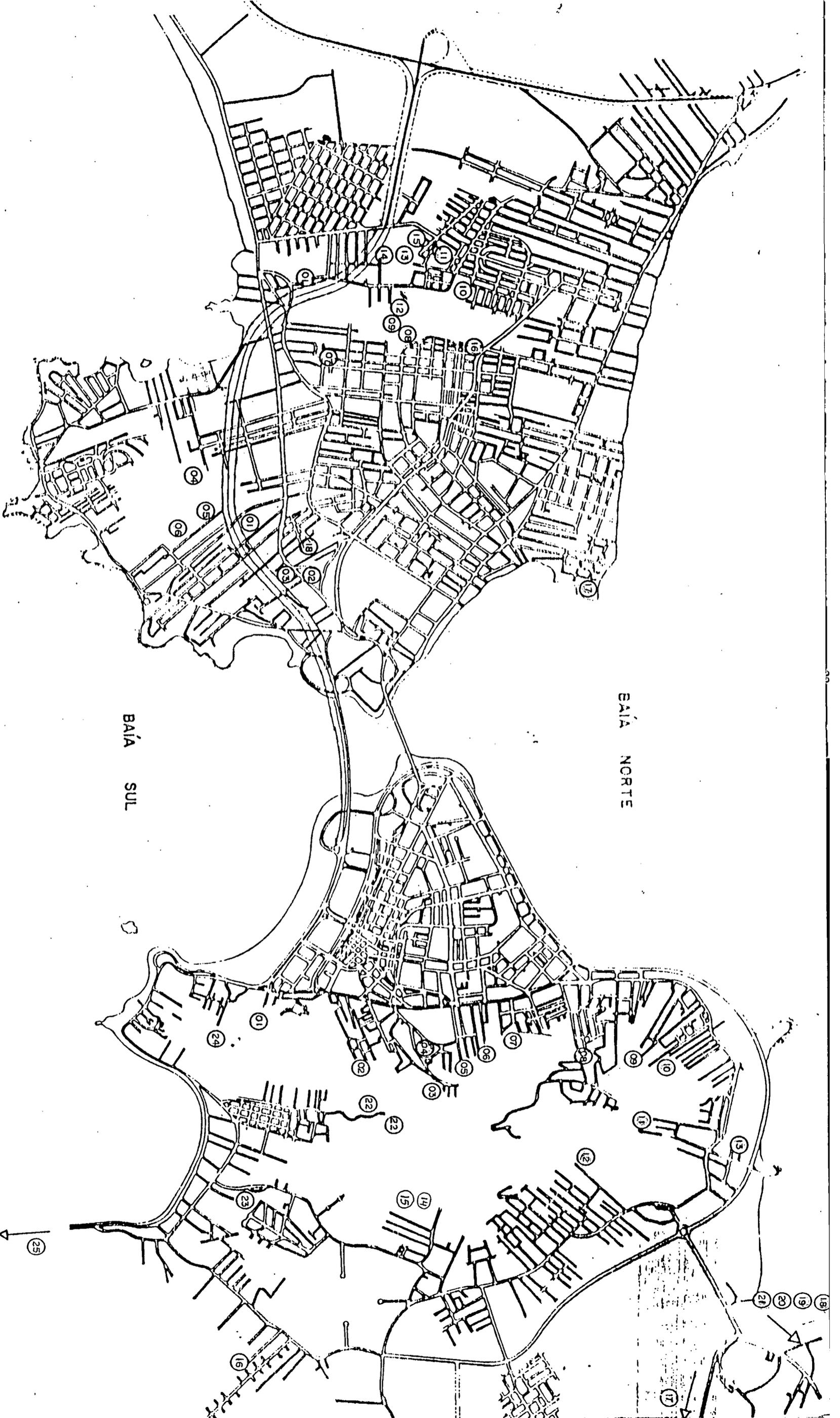


Figura 3.1 - Mapa de localização das áreas carentes

Fonte: IPUF - 1993

### 3.2 - Estrutura Sócio-Econômica das Área Carentes

A renda das pessoas que vivem nestas áreas carentes advém da soma do salário ganho pelo casal, sendo complementares e necessárias entre si.

Parte do trabalho masculino, se encontra no setor da construção civil, como serventes predeiros e carpinteiros. A outra parte destes trabalhadores, se encontra na economia informal, trabalhando como biscateiros, catadores de papel, jardineiros, vendedores ambulantes, trabalhadores braçais, etc. Na sua quase totalidade, são pessoas sem qualificação para o trabalho urbano, pois são oriundas na maioria de zonas rurais. A renda das mulheres é conseguida através de trabalhos de faxineira ou doméstica (na maioria sem vínculo empregatício), mas sua renda é indispensável para a complementação da renda familiar.

A tabela 3.2 abaixo mostra a situação empregatícia de uma das comunidades carentes de Florianópolis (Jardim Ilha Continente - JIC).

TABELA 3.2 - Situação empregatícia - comunidade JIC

| ESPECIFICAÇÃO       | FREQUÊNCIA | %          |
|---------------------|------------|------------|
| Funcionário Público | 07         | 03,66      |
| Regime CLT          | 52         | 21,94      |
| Autônomo            | 23         | 11,92      |
| Biscateiro          | 74         | 38,35      |
| Aposentado          | 04         | 02,07      |
| Pensionista         | 06         | 03,11      |
| Encostado           | 03         | 01,55      |
| Doméstica           | 21         | 10,88      |
| Desempregado        | 03         | 01,55      |
| <b>TOTAL</b>        | <b>193</b> | <b>100</b> |

Fonte - IPUF/93 - Perfil das Áreas Carentes

Pode-se verificar que o número de biscateiros é grande, constituindo um percentual de 38,35% do total, já o número de desempregado é pequeno, dado ao elevado número de biscateiros. Outro ponto que chama a atenção nesta tabela é que apenas 25% do total dos trabalhadores entrevistados fazem parte da economia formal.

O nível de renda das pessoas que vivem em áreas carentes, como mencionado anteriormente, varia de 0 a 5 salários mínimos, sendo que o maior percentual está na faixa entre 1 a 2 salários mínimos, conforme pode ser observado na tabela 3.3 abaixo.

TABELA 3.3 - Renda mensal familiar da comunidade JIC

| RENDA MENSAL (S.M.) | FREQUÊNCIA | %             |
|---------------------|------------|---------------|
| Até 1 S.M.          | 25         | 16,23         |
| De 1 a 2 S.M.       | 62         | 40,26         |
| De 2 a 3 S.M.       | 35         | 22,73         |
| De 3 a 5 S.M.       | 28         | 18,18         |
| Mais de 5 S.M.      | 02         | 01,30         |
| Sem renda declarada | 02         | 01,30         |
| <b>TOTAL</b>        | <b>154</b> | <b>100,00</b> |

Fonte - IPUF/93 - Perfil das Áreas Carentes

O nível de escolaridade destas áreas carentes é considerado baixo, a maioria se encontra na faixa de primeiro grau incompleto, tendo cursado normalmente até a quarta série. É considerado um nível de escolaridade baixa em se tratando de pessoas jovens, onde cerca de 35,30% destas pessoas estão na faixa de 26 a 36 anos, conforme dados do IPUF. Abaixo a tabela 3.4 apresenta o nível de escolaridade de um das áreas carentes de Florianópolis.

**TABELA 3.4 - Nível de instrução dos chefes e componentes das famílias ( com sete ou mais anos de idade) - comunidade Ponta do Leal**

| NÍVEL DE INSTRUÇÃO                    | DO CHEFE   |               | DOS COMPONENTES |               |
|---------------------------------------|------------|---------------|-----------------|---------------|
|                                       | FREQUÊNCIA | %             | FREQUÊNCIA      | %             |
| Analfabetos                           | 11         | 12,90         | --              | --            |
| 1 <sup>a</sup> a 4 <sup>a</sup> série | 41         | 48,20         | 25              | 51,00         |
| 5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> série | 15         | 17,70         | 04              | 08,20         |
| 2 <sup>o</sup> grau                   | 05         | 5,90          | 03              | 06,10         |
| Sem resposta                          | 12         | 15,30         | 17              | 34,70         |
| <b>TOTAL</b>                          | <b>85</b>  | <b>100,00</b> | <b>49</b>       | <b>100,00</b> |

Fonte - IPUF/93 - Perfil das Áreas Carentes

Também segundo dados do IPUF, os menores de 12 anos frequentam a escola regularmente, mas a evasão escolar a partir da quarta série é bastante significativa, em muitas áreas carentes. A explicação para este fato é que estas crianças têm que sair da escola para trabalhar e ajudar no orçamento familiar.

### 3.3 - Infra-estrutura e Equipamentos Urbanos comunitários

Nos 46 "bolsões de pobreza" de Florianópolis existe muitos problemas de infra-estrutura básica, que segundo o IPUF vem sendo tratados em conjunto pelo estado, prefeitura municipal, organizações não governamentais, ou pela própria sociedade civil.

Para as áreas carentes de Florianópolis existe uma estrutura montada através de postos de saúde, escolas creche, etc., que não são suficientes para atender

a crescente demanda por estes serviços. Nas 46 áreas carentes, somente 20 contam com os serviços de postos de saúde dentro da própria comunidade, as demais tem que se dirigir às áreas vizinhas ou hospitais. Soma-se a isto o fato de que estes serviços prestados pelos órgãos públicos são de má qualidade.

O mesmo problema é observado com as escolas. Do total de 46 comunidades, somente duas possuem escolas dentro de suas áreas, significando que as restantes são obrigadas a se revesarem nas escolas ao redor. A maior queixa destas comunidades está no fato de conseguir vagas para as crianças em escolas próximas. Muitas vezes esta dificuldade acaba se traduzindo em evasão escolar.

As creches nas favelas representam a oportunidade das mulheres saírem para trabalhar e terem a certeza de que seus filhos serão bem cuidados, recebendo alimentação, educação, cuidados com a higiene e saúde adequados ao seu desenvolvimento.

O número de creches que atendem as comunidades carentes são em número de 19, as demais são obrigadas a encontrarem vagas nas creches das proximidades. Existe também o sistema de creches domiciliares em algumas comunidades, que são mães da própria comunidade que recebem salário e apoio da Prefeitura Municipal de Florianópolis, para cuidar das crianças enquanto suas mães saem para trabalhar.

A realidade dos problemas de infra-estrutura básica de cada área carente, como: rede elétrica, rede de água, sistema de esgoto, iluminação pública, drenagem, pavimentação/escadaria e coleta de lixo será mostrado no Anexo 1 e 2. A implantação de projetos de infra-estrutura básica, apesar da dificuldade da implementação, tem sido uma das prioridades dos órgãos públicos competentes, conforme dados do IPUF.

As reivindicações por melhorias de infra-estrutura são uma constante das comunidades. Os órgãos públicos vêm realizando algumas obras sendo, no entanto, insuficientes para atender as necessidades crescentes destas comunidades.

### 3.3.1 - O Trabalho dos Grupos Organizados

É muito importante a presença de grupos organizados dentro das áreas carentes. É através destes que as pessoas se unem para reivindicar seus direitos e trabalhar por melhorias para a sua comunidade. Isto ocorre normalmente dentro de um processo democrático onde todos tem vez e voz para se unir na resolução de problemas.

Neste sentido é que a associação e comissão de moradores, conselhos comunitário, grupos de jovem e de idosos, são importantes para a melhoria destes locais. Das 46 áreas carentes, 29 contam com grupos organizados. Alguns exemplos destes grupos podem ser vistos através do trabalho realizado na Oficina do Saber, que é uma iniciativa do CEDEP (Centro de Evangelização Popular), que tem como um dos objetivos dar reforço escolar às crianças, quando estão fora da sala de aula.

O CEDEP, também desenvolve trabalho com os armazéns comunitários com o objetivo de fornecer à população de baixa renda uma cesta básica com produtos a preços acessíveis. Outro trabalho do CEDEP é apoiar iniciativas produtivas que surgem nas comunidades de baixa renda. Apoio este destinado à ensinar uma atividade produtiva, organizar os grupos e auxiliar na comercialização dos produtos.

Outra iniciativa está localizada na comunidade do morro do Orácio, onde funciona a CEPIART, com oficinas de marcinaria, velas de cera, plantas desidratadas, etc. O CEPIART tem por objetivo a geração de renda, sociabilização e também educação.

No morro da penitenciária existe uma padaria comunitária que, além de oferecer emprego e renda para as pessoas, fornece pão a preços mais acessíveis.

No JIC e no Saco Grande II estão instalados os CPP, um projeto da Prefeitura Municipal de Florianópolis que objetiva levar melhorias e desenvolvimento para as áreas carentes através da profissionalização da mão-de-obra desqualificada. Isto ocorre através da capacitação de adultos e adolescentes à obtenção de renda

adequada com o seu próprio trabalho, num desafio conjunto de aprender-fazer, organizar a produção para obter retorno financeiro num curto prazo.

## **CAPÍTULO IV**

### **4 - CPP - UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE RENDA ÀS ÁREAS CARENTES**

O objetivo deste capítulo é apresentar o projeto CPP, que tem como meta principal proporcionar melhores condições de trabalho e renda para as pessoas que vivem nas áreas carentes de Florianópolis.

#### **4.1 - Surgimento do CPP**

A idéia de se criar um centro de profissionalização de mão-de-obra, nasceu de uma realidade presente nos grandes centros urbanos e Florianópolis é um exemplo disto, onde cada vez mais se observa o aumento de periferias e pessoas carentes, como apresentado no capítulo anterior.

Esta realidade se reflete num enorme contingente de desempregados, que por não terem especialização, ou não se adequarem aos requisitos exigidos no mercado de trabalho, são excluídos do mercado formal de trabalho.

É dentro desta realidade que se buscam novos caminhos que possam levar esta parcela da população a fazer parte da economia, onde possam estar trabalhando, produzindo ou vendendo algum bem ou serviço que lhe possa gerar renda, capaz de proporcionar uma vida digna.

Foi para tentar dar outro rumo a esta história, que nasceu um projeto de profissionalização de mão-de-obra carente, que data do seu início em 1986, com a gestão do Prefeito Edson Andrino, quando convidou a empresária Ninita Muniz (do ramo da confecção e costura) para assumir a assessoria do desenvolvimento

econômico de Florianópolis. Feito isto, a mesma iniciou um trabalho de profissionalização em corte costura com mulheres de baixa renda que, além de ajudá-las a obter uma qualificação, formava mão-de-obra para o mercado do vestuário que começava a surgir em Florianópolis.

Com as novas eleições em 1988, Esperidião Amim assume a prefeitura, mas com o seu afastamento para o Senado Federal em 1991, o vice Bulcão Viana, assume dando continuidade a idéia inicial, sendo que houve uma preocupação maior em levar o ensino profissional às áreas carentes, onde realmente se encontrava a mão-de-obra desqualificada. Em 1991, a assessoria de desenvolvimento econômico, coordenada por Ricardo Hoffmann, inaugura a UCPP (Unidade comunitária de Profissionalização e Produção) na comunidade Jardim Ilha Continente (JIC), que tinha por objetivo, além da profissionalização e colocação de mão-de-obra no mercado, formar pequenos empreendedores. Foram instalados 4 UCPP nas comunidades do JIC, Saco Grande II, Chico Mendes e Trindade.

Com a eleição de Sergio Grando e sua posse em Janeiro de 1993, dentro de uma filosofia de política participativa, o então programa de profissionalização passou a se chamar CPP (Centro de Profissionalização Popular), agora sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social<sup>1</sup>.

Agora, sobre ótica participativa, além de dar continuidade a questão urgente da profissionalização, o projeto CPP dá início a um trabalho sob a perspectiva da organização produtiva das comunidades, que também tem o objetivo de promover o desenvolvimento comunitário e integrar as comunidades carentes à economia urbana.

#### **4.1.1 - Constituição e Objetivos do CPP**

Atualmente, os principais objetivos do CPP podem ser agrupados em:

- Levar as comunidade de baixa renda um programa de ensino profissionalizante, para capacitar adultos e adolescentes a obterem renda adequada a partir de seu próprio trabalho;

---

<sup>1</sup> Informações obtidas através do histórico dos CPPs nas comunidades, divulgados pela PMF.

- Ajudar no encaminhamento da mão-de-obra para o mercado de trabalho;
- Apoiar as iniciativas das comunidades que estão envolvidas com o CPP, o qual diz respeito a produção e comercialização de seus produtos, ou seja, despertar e capacitar vocações para pequenos empreendedores, que emergirem do processo.

Pretende-se, através destes objetivos, incentivar principalmente a atividade produtiva, que trará oportunidade de pequenos empreendimentos e também à comunidade que poderá se beneficiar com o possível aumento da oferta de trabalho.

Para viabilizar o projeto CPP e também conseguir alcançar tais objetivos a PMF buscou apoio e parcerias com entidades nacionalmente reconhecidas, através da assinatura do convênio 020/93, com as entidades: SENAI, SINE-SHD, UDESC, UFSC, ETF-SC, SEBRAE, FETESC e SESC. Este convênio durou até agosto de 94, onde foi renovado por mais dois anos (convênio 014/94), com a saída do SEBRAE do projeto.

O que diferencia um convênio do outro é a ênfase dada à profissionalização das áreas carentes. As perspectivas do novo convênio vão de encontro às necessidades das camadas populares, adequando os métodos de ensino à realidade e cultura das mesmas e também buscando empreendimentos produtivos voltados à economia informal<sup>2</sup>.

Cada entidade tem atribuições a serem executadas para a viabilização do projeto. Abaixo é apresentada uma síntese das funções de cada entidade, sendo que, informações mais detalhadas estão contidas no Anexo 5.

PMF - Caberá a PMF as instalações físicas, equipamentos, manutenção, despesas administrativas, recursos humanos e material didático;

SENAI - Desenvolver metodologia para o ensino profissionalizante e ministrar os cursos a serem oferecidos pelo CPP

---

<sup>2</sup>Informação obtida através de entrevista informal com a assistente social Simone Matos Machado representante da UFSC no Conselho Deliberativo do CPP.

UFSC - Elaborar pesquisa de mercado e produto, com o objetivo de melhor direcionar os cursos a serem ministrados no CPP;

Dar assessoria e ajudar na formação dos conselhos locais nas comunidades onde os CPP estão instalados;

Ajudar em questões sócio-econômicas dando suporte aos grupos de produção do projeto.

UDESC - Em conjunto com a UFSC elaborar pesquisa de mercado e produto;

SINIE-SHD - Auxiliar e fazer o encaminhamento da mão-de-obra qualificada para o mercado formal de trabalho.

ETF-SC/ FETESC - Proporcionar o ensino profissionalizante e se encarregar pela contratação de instrutores.

SESC - Consessão de bolsas de estágios para alunos da UFSC e UDESC;  
Organização dos programas do CPP.

Estas entidades junto com a comunidade vão formar o Conselho Deliberativo do CPP. Este conselho é uma instância de decisão política e filosófica do projeto CPP, compondo-se de representantes titulares e suplentes das entidades conveniadas.

A parte administrativa e burocrática é feita por uma entidade escolhida dentro das que participam do conselho. No atual convênio, esta parte foi assumida pela PMF.

A participação da comunidade no Conselho Deliberativo se dá pela indicação de um representante pelo Conselho Local. O Conselho Local é formado por representantes de todos os grupos organizados, formais e informais, existentes na comunidade. A idéia de se criar este conselho surgiu a partir da atuação da UFSC no projeto objetivando uma melhor representação junto ao Conselho Deliberativo<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup>Informação obtida através de entrevista informal com a assistente social Simone Matos Machado representante da UFSC no Conselho Deliberativo do CPP.

## 4.2 - Dinâmica do CPP

Atualmente o curso oferecido nos CPPs é o corte de costura industrial.

Este curso tem como metodologia a passagem por dois estágios num total de 420 hs aulas. Na primeira etapa o aluno passa pelo ensino 1 e estágio 1 (vide fluxograma abaixo), para a qualificação profissional. A segunda etapa é opcional ao aluno que desejar adquirir conhecimentos mais especializados, visando o início de um pequeno empreendimento (ensino 2 e estágio 2).

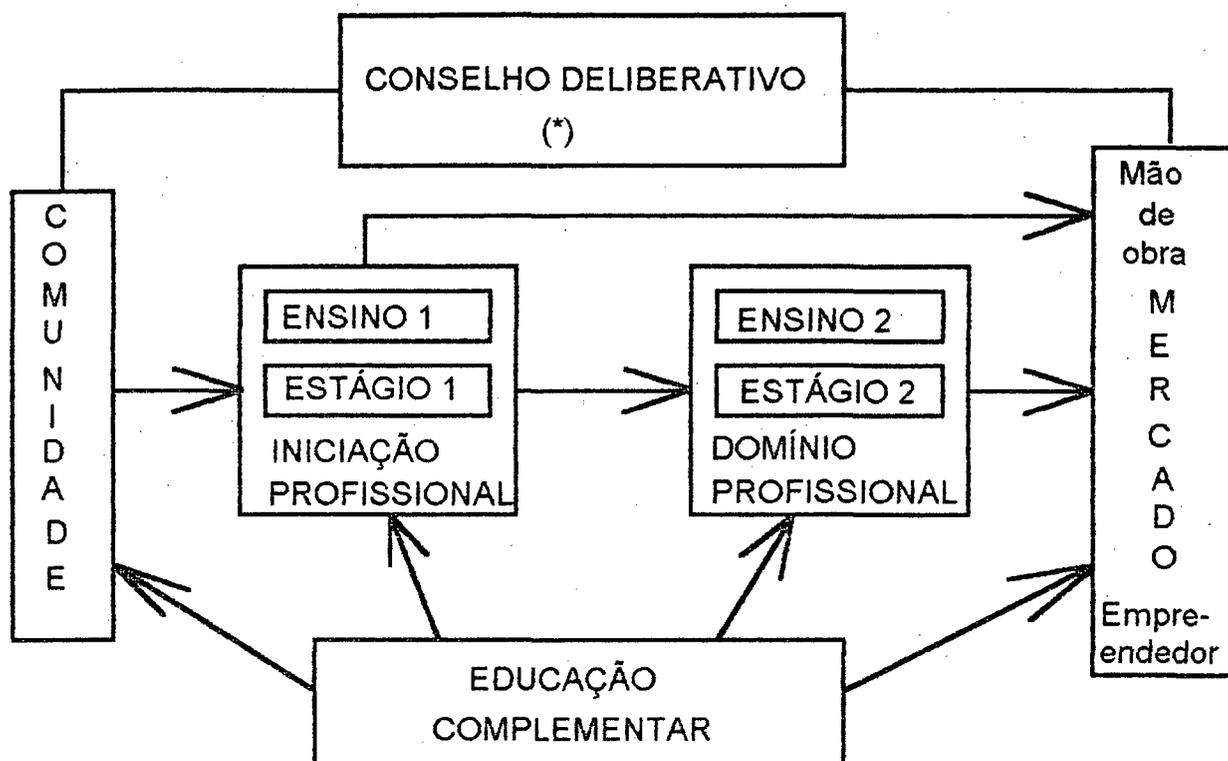
No decorrer do curso de profissionalização, os alunos e também a comunidade, recebem curso de educação complementar, onde é abordado e discutido temas como: noções de saúde, higiene, alimentação; noções de segurança no trabalho; relações humanas; legislação trabalhista (direito e deveres); sistemas métricos, linguagem utilizadas, qualidade gerencial básica e outros temas que forem necessários no decorrer do curso. Estes cursos são ministradas por pessoas ligadas as entidades conveniadas

A figura 4.1 apresenta o fluxograma de funcionamento do projeto CPP.

A seleção para ingressar num curso do CPP é feito através de critérios estabelecidos como: baixa renda, ser morador da comunidade ou de outra, desde que seja considerada carente.

Todos que ingressam no curso de corte costura passam pela primeira etapa (ensino 1 e estágio 1), onde são ministrados aulas no período vespertino e noturno, num total de 140 horas/aula. Nesta fase os alunos aprendem a manusear as máquinas e a se adaptarem a elas, fazem simulações em papéis e também miniaturas com todas as técnicas de costura industrial. Terminada esta fase elas passam para o estágio 1 (obrigatório), onde é praticado todo o aprendizado adquirido inicialmente, onde são confeccionadas peças de roupas em tamanho real.

Passado por estas etapas, os alunos estão prontos para ingressarem no mercado de trabalho, ou se desejarem, podem passar para o ensino 2.



(\*) PMF UDESC  
 SENAI SINE-SHD  
 UFSC ETF-SC  
 FETESC COMUNIDADE  
 SESC

Figura 4.1 - Fluxograma do projeto CPP

Fonte: Projeto CPP, agosto de 1994.

No ensino 2 está incluído o ensino profissionalizante mais especializado, também um aprofundamento das técnicas assimiladas na primeira etapa do curso. Recebem educação complementar direcionada a desenvolver a criatividade e iniciativa do treinando. No estágio 2 busca-se simular o mercado de produção, atuando como uma incubadora, onde os alunos passam a participar de um grupo de produção no período matutino, com duração de um ano. Neste período os alunos utilizam o maquinário do CPP para confeccionarem suas peças de roupas, que são comercializadas num dos box do Camelódromo (cedido pela PMF), feiras ou em sua

casa; também recebem orientação para o recebimento e confecção de facções (tercerização de confecção) de empresas maiores. Nesta fase também são repassadas orientações para a obtenção de financiamento para a aquisição de máquinas, implementação de uma pequena empresa e no que se refere a compra de matéria-prima.

O objetivo final deste estágio é o incentivo à relação com o mercado, oferecendo bens e serviços, para que no final deste período os alunos estejam aptos a atuarem sozinhos.

#### 4.3 - Histórico dos CPP nas Comunidades

Atualmente funcionam dois CPP, a unidade do JIC e a do Saco Grande II. A unidade do Chico Mendes foi desativada e transformada em creche por reenviações da própria comunidade. A unidade da Trindade foi desativada em 1994, por não atender os objetivos do projeto que era de beneficiar pessoas de áreas carentes.

O CPP do JIC foi um dos primeiros a ser inaugurados (agosto de 1991). O prédio do CPP, bem como o terreno, são de propriedade da PMF. A construção deste prédio, à princípio, serviria para a instalação de uma creche e sede comunitária, porém, com o surgimento do projeto UCPP, optou-se por este, uma vez que traria benefícios para toda a comunidade. A instalação da UCPP nesta comunidade deu-se de forma verticalizada, causando atrito entre a PMF e a comunidade, que se negava a aceitar o projeto. A UCPP funcionou até 1993 quando foi assinado o convênio 020/93, onde se passou a chamar CPP.

Com o CPP tentou-se dar uma abertura mais democrática para o projeto, onde se vislumbrava em primeiro lugar a questão da profissionalização, mas desta vez, com a participação efetiva da comunidade através da formação de um conselho local que atuaria no conselho deliberativo do CPP nas decisões de interesse local.

No CPP as entidades realizaram um trabalho de esclarecimento da real finalidade do projeto, ressaltando os benefícios que poderiam aparecer no curto e médio prazo. O curso oferecido atualmente é o corte de costura industrial, mas há reivindicações por parte da comunidade de que o CPP ofereça cursos em outras áreas, que abranja maior número de pessoas (sexo masculino por exemplo).

O CPP do Saco Grande II surgiu de um levantamento feito pelo IPUF, o qual caracterizou esta comunidade como extremamente carente e com um grande número de desempregados. Fundamentara-se no fato de que a profissionalização facilitaria a obtenção de trabalho.

Ao contrário do que aconteceu no JIC, a comunidade do Saco Grande II participou de várias reuniões para discussão da instalação da unidade do CPP. A comunidade aceitou a idéia, pois entendeu que através da profissionalização da mão-de-obra o mercado de trabalho se tornaria mais acessível e com isto possibilidades de aumentar a renda familiar.

O espaço físico para a instalação desta unidade foi doado pela própria comunidade através da COMOSG (Conselho de Moradores do Saco Grande II) e a construção foi realizada pelo Ministério da Ação Social, através da AFLOV (Associação Florianopolitana de Voluntários). O curso inicial oferecido também foi o corte de costura industrial devido ao mercado ter necessidade desta mão-de-obra para atender o polo das confecções de Florianópolis. A idéia deste curso foi levada à comunidade e aceita pela mesma.

#### **4.3 - Grupos de Produção**

Este item vai analisar a eficiência do grupo de produção do JIC, por ser esta comunidade a pioneira no programa de profissionalização.

O número de mulheres que compõem o grupo de produção da comunidade são num total de 12 (doze). Cada mulher trabalha individualmente para si, produzindo e vendendo.

A grande parte deste total já possui máquinas de costura, que foi adquirida com o trabalho de confecção da cada uma. O lucro obtido nas vendas é destinado para as despesas domésticas e para a compra de nova matéria-prima.

Um dos locais onde são efetuadas as vendas é cedido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, localizando-se em um dos boxes do Camelódromo, sendo este o que melhor "escoa" a produção. Também são vendidos produtos nas suas casas e organizadas feiras em alguns locais propícios para o comércio.

Para o atendimento no Camelódromo o grupo se revêsa, sendo que cada dia uma mulher fica responsável pelas vendas efetuadas de todo grupo. Outra forma de auxílio por parte da PMF é a permissão para a utilização de algumas máquinas mais sofisticadas na unidade do CPP na parte da manhã, horário em que não se realizam cursos.

A renda obtida por um grupo de oito mulheres é mostrada na tabela 4.1 abaixo. Foram estas que fizeram parte do grupo de produção ao longo de todo o período de abril/84 a abril/85. Foi possível a realização desta tabela através do controle de vendas efetuado no Camelódromo pelo CPP.

Destas oito mulheres citadas acima, apenas uma (Isolete), tinha algum conhecimento em costura, sendo que as demais, procedentes de áreas rurais, antes de se qualificarem trabalhavam como doméstica ou diaristas.

Este grupo mostrou-se satisfeito com os resultados pois, além de obter um rendimento razoável, este trabalho permite ficar em casa, cuidar dos filhos e ainda ter uma profissão geradora de renda. Todas foram unânimes em dizer "*trabalhar para os outros nunca mais*"<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup>Informações obtidas em depoimentos proferidos pelas mulheres do grupo de produção ao Prof. Armando de Mello Lisboa em entrevista informal.

Tabela 4.1 - Venda mensal do grupo de produção do JIC

| NOME\<br>MÊS | Marlene | Gislaine | Jacira | Alice  | Zelir  | Noeli  | Raimunda | Etelvina |
|--------------|---------|----------|--------|--------|--------|--------|----------|----------|
| *ABR         | 8,36    | 30,72    | 29,60  | 53,09  | 29,09  | 18,27  | 7,09     | 28,00    |
| *MAIO        | 22,90   | 61,09    | 42,90  | 76,36  | 105,81 | 1,66   | 2,90     | 50,54    |
| *JUN         | 44,00   | 45,81    | 244,45 | 321,81 | 217,09 | 21,45  | 7,27     | 92,72    |
| JUL          | 54,00   | 89,04    | 173,53 | 303,53 | 205,21 | 89,00  | 48,00    | 45,34    |
| AGO          | 178,00  | 104,00   | 92,00  | 142,00 | 218,00 | 34,00  | 37,00    | 43,70    |
| SET          | 30,00   | 43,00    | 205,00 | 18,00  | 74,00  | 10,00  | 74,00    | 84,00    |
| OUT          | 102,00  | 145,00   | 205,00 | --     | 41,00  | 58,00  | 47,00    | 84,00    |
| NOV          | 72,00   | 109,00   | 189,00 | 720,00 | 149,00 | --     | 117,00   | 149,00   |
| DEZ          | 105,00  | 392,00   | 348,00 | 871,00 | 690,50 | 35,00  | 160,00   | 738,00   |
| JAN          | 93,00   | 198,00   | 115,00 | 341,00 | 127,00 | 117,00 | 15,00    | 77,00    |
| FEV          | 61,00   | 165,00   | 109,00 | 234,00 | 193,00 | 209,00 | 50,00    | 128,00   |
| MAR          | 112,00  | 96,00    | 83,00  | 239,00 | 56,00  | 273,00 | --       | 216,00   |
| ABR          | 139,00  | 39,00    | 218,00 | 86,00  | 117,00 | 126,00 | --       | 248,00   |

Fonte: CPP - Controle de vendas no Camelódromo (adaptado pela autora)

\* Estes valores estavam expressos em CR\$ e foram transformados para R\$ através da conversão pela URV.

Nos rendimentos acima citado não estão inclusos os obtidos com as vendas efetuadas fora do Canelódromo e facções. Como pode ser observado, a renda bruta do grupo supera na maioria dos casos o valor de um Salário Mínimo. A variação do rendimento entre as mulheres é observado pela produção de cada uma, bem como, pela qualidade do produto, pois quem produz mais e com melhor qualidade obtém maior retorno.

Em conversa informal com algumas mulheres do grupo de produção levantou-se a informação de que as mesmas não possuem uma base de custo para

atribuir o preço às mercadorias. Este é feito através da equivalência com os preços cobrados no mercado.

O que se observa é que a eficiência do grupo de produção dentro de uma ótica de geração de renda, no curto prazo, tem alcançado bons resultados. O que está faltando, no entanto, é buscar maior apoio, longe de um enfoque paternalista, dando condições necessárias para que este grupo consiga se desenvolver e se tornar auto-suficiente, pois o mesmo ainda demonstra grande dependência do Camelódromo como principal ponto de venda.

#### 4.3.1 - Algumas Sugestões

Dentro do que foi observado neste programa poderíamos sugerir alguns pontos a serem trabalhados no CPP, tornando-os mais dinâmicos.

Dentre os vários problemas encontrados no CPP, a dificuldade de se enfrentar o mercado, buscando novas formas de escoamento da produção, mostrou-se como uma das prioridades. É preciso buscar estas alternativas junto com a participação comunitária, realizando feiras entre as comunidades, onde cada um comercializa o que produz. Daria-se origem a uma espécie de feira Intercomunitária, ou então, formar uma cooperativa de venda para a produção do grupo.

Outra forma de se conseguir maior eficiência com o projeto seria incentivar o grupo de produção à formação de uma cooperativa, onde poderia-se combinar as vantagens econômica da operação em "grande escala", com a oferta maior de emprego. Desta forma, teria-se uma melhor divisão das tarefas, obtendo com isto maior produtividade e conseqüentemente maior lucro.

## CAPÍTULO V

### 5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

#### 5.1. Conclusões

A economia informal surge na maioria das vezes em função de uma forte concentração de trabalhadores desempregados dos grande centros urbanos. Com dificuldades de conseguirem renda adequada a sua sobrevivência buscam alternativas de renda nesta economia.

Neste contexto, não se pode mais tratar a economia informal com preconceito e como um entrave ao desenvolvimento. Diante da atual conjuntura dos países sub-desenvolvidos, deve-se buscar apoio para as alternativas emergentes da economia informal tornando-as eficientes, capazes de cada vez mais gerar renda e inserir as camadas mais necessitadas da população em uma economia onde todos tenham direito de obter o necessário para uma vida digna. O fomento para a economia informal é um importante instrumento para gerar empregos e combater a pobreza.

A iniciativa da PMF em criar programas de profissionalização de pessoas carentes é um grande apoio estendido à economia informal, indo de encontro as inúmeras alternativas de desenvolvimento que poderiam ser geradas nesta economia informal.

O estágio atual do CPP dá mostras que há um retorno positivo frente aos objetivos propostos no programa. Isto pode ser verificado no grupo de produção do JIC, onde a renda obtida ultrapassou, na maioria das vezes, um salário mínimo.

Uma maior eficiência do programa seria alcançado através de uma melhor política de apoio, onde haja participação efetiva das comunidades e melhor divulgação da idéia e dos objetivos do programa. Um ponto que demonstrou

ineficiência foi a instalação da primeira unidade no JIC, ocorrida de forma impositiva e num local reservado inicialmente a um centro comunitário. Este fato refletiu negativamente na comunidade fazendo com que a mesma rejeitasse e tivesse dificuldade de aceitar a idéia do programa. Uma participação mais democrática da comunidade nas decisões nos assuntos de interesse direto já seria um passo para evitar atritos desta natureza.

A idéia de profissionalização levada às comunidades tem uma grande importância devendo-se difundir para todas as áreas carentes. Um apoio às iniciativas de produção e geração de renda surgidas das próprias comunidades, que refletem sua características próprias, é também uma medida que poderia ser adotada para obtenção de melhores resultados. Todas estas ações podem se traduzir em caminhos para a diminuição da pobreza e dar uma melhor perspectiva de vida para as pessoas inseridas nos extratos mais carentes de nossa sociedade.

## 5.2. Recomendações

- Os próximos cursos a serem desenvolvidos nas comunidades devem ser analisados para a verificação de sua necessidade na comunidade e no mercado.

- Os cursos devem respeitar a realidade cultural das pessoas que vivem nas áreas carentes, no sentido de aproveitar o potencial existente de cada um e adequação de horários.

- Criar grupos de apoio formados nos centros de ensino (como: UFSC, UDESC, ETF-SC), que possam assessorar projetos da iniciativa produtiva, dentro de uma metodologia adequada a realidade das comunidades. Por exemplo, cursos de normas de gerenciamento, custos e apoio técnico na fabricação do produto.

- Estimular a participação mais efetiva da comunidade nos projetos de iniciativa produtiva para que estes possam se capacitar e se auto-sustentar quando a fase de apoio inicial cessar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ana Luiza O. ; MENDONÇA, Carlos E. R. A Pequena Produção: uma visão unificada. *Estudos Econômicos IPE*, São Paulo, v.19, n. especial, 1989.
- AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de. Economia informal: uma revolução em marcha? *Ensaio FEE*, Porto Alegre, n. 1, p. 136-140, jan/mar. 1988.
- AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de. A Pequena Produção Manufatureira: Uma interpretação à Luz de Uma Nova Problemática de Desenvolvimento. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, n. 1, p. 95-111, 1993.
- BUARQUE, Cristovão. *A revolução das prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética*. Segunda versão (com base nos debates realizados), jan/set. 1993, 128 p.
- CACCIAMALI, Maria C. As Economias Informal e Submersa: Conceitos e distribuição de rendas. *Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, Brasília, p. 831-849, dez. 1990.
- CACCIAMALI, Maria C. Expansão do Mercado de Trabalho Não Regulamentado e Setor Informal No Brasil. *Estudos Econômicos IPE*, São Paulo, v. 19, n. especial, 1989.
- CAVALCANTE, Clovis. Compreensão e Perspectiva do Setor Informal Urbano. *Anais do Seminário População de Baixa Renda: Formação Profissional e Trabalho*, MTB/SMO, Brasília, 1984.
- CARNEIRO, Francisco G. Intervenção Estatal, Expectativas e Economia Informal. *Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, Brasília, p. 815-829, dez. 1990

- CARVALHO, Valéria L. de. Serviço Social e Setor Informal. *Serviço Social e Sociedade*, n. 32, p. 5-17, maio 1990.
- CHAHAD, José Paulo Z. *Mercado de Trabalho no Brasil: Aspectos Teóricos, e Evidências Empíricas*: IPE, USP, 1986.
- DE SOTO, Hernando. *El otro sendero*. Buenos Aires: Sudamericana, 1979. 317 p.
- IPIUF, Centro de Documentação. Perfil das Áreas Carentes - Ilha e Continente. Florianópolis, 1993.
- LIMA, Beatriz M. F. de. *Criptoeconomia ou Economia Subterrânea*. Rio de Janeiro: FGV, 1985, 127 p.
- MACHADO, Ana Flávia ; ANDRADE, Mônica V. Qualificação do Excedente de Mão-de-Obra: estratégia de vida dos trabalhadores por conta própria. *Anais do XXII Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, Florianópolis, v. 2, p. 01-18, jan. 1994.
- MAX-NEEF, Manfred ; ELIZALDE, Antônio ; HOPENHAYN, Martin. Desarrollo a Escala Humana: una opción para el futuro, Santiago:1986.
- PORTES, Alejandro. Quanto Mais Pode Ser Menos, Nomás Trabalhistas, Desenvolvimento e Economia Informal. *Novos Estudos do CEBRAP*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 155-170, mar. 1993.
- PROJETO CPP, Prefeitura Municipal de Florianópolis. Convênio 020/93, jul. 1993, Convênio 014/94, ago. 1994.
- Promoción de Cooperativas y Pequeñas Unidades Productivas Dentro del Setor de la Economía Social. Oficina Internacional del Trabajo. ,Buenos Aires: ALCECOOP, 1991. 305p.
- RAITZ, Tânia R. *Discursos Plurais Acessorando Um Movimento Popular em Florianópolis, Estudo de Caso de Uma ONG*. Florianópolis, 1994, 150 p. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política - UFSC, 1994.

RAZETO, Luiz. A Chamada Economia Popular Em Debate. *Cadernos do CEAS*, n. 153, p. 51-69, set/out. 1994.

REZENDE, Ubiratan. Economia Formal e Informal. *Boletim Conjuntural*. Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 110-119, mar. 1980.

SANTOS, Milton. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1979. 119 p.

TOKMAN, Victor E. El Sector Informal: quince años después. *El Trimestre Económico*. México, v. XLII, n. 215, p. 513-530, ene/mar. 1987.

TOKMAN, Victor E. Informalidade y Pobreza: progreso social y modernización productiva. *El Trimestre Económico*. México, v. LXI, n. 241, p. 177-197, ene/mar. 1994.

SOUZA, Paulo Renato. *Emprego, salário e pobreza*. São Paulo: Hucitec, 1990. 185 p.

VASCONCELLOS, Eliane J. G. de. *Trabalhadores Informais: O Sentido da Sua Escolha de Trabalho*. Florianópolis, 1994, 200 p. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política - UFSC, 1994.

**ANEXO 1**

IPUF - Coord. de Planejamento Habitacional - PERFIL DAS AREAS CARENTES - ILHA - 1993

| No. COMUNIDADES              | No. FAMILIAS |         | No. PESSOAS |         | REDE DE AGUA |        |       | SISTEMA DE ESGOTO |        |       | REDE ELTRICA |        |       | ILUMINACAO PUBL. |        |       | DRENAGEM |        |       | PAVIM./ESCADARIA |        |       | COLETA DE LIXO |        |       | No. HABIT. | EST. CONSERVAC. PREC. REG. BON. |       |     |
|------------------------------|--------------|---------|-------------|---------|--------------|--------|-------|-------------------|--------|-------|--------------|--------|-------|------------------|--------|-------|----------|--------|-------|------------------|--------|-------|----------------|--------|-------|------------|---------------------------------|-------|-----|
|                              | TOTAL        | CARENTE | TOTAL       | CARENTE | OUTRO        | INCOMP | COMPL | NAO               | INCOMP | COMPL | NAO          | INCOMP | COMPL | NAO              | INCOMP | COMPL | NAO      | INCOMP | COMPL | NAO              | INCOMP | COMPL | NAO            | INCOMP | COMPL |            |                                 |       |     |
| 01 MORRO DO MOCOTO           | 362          | 257     | 1.557       | 1.185   | -            | -      | X     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 362   | 159        | 98/105                          |       |     |
| 02 MORRO DA MARIQUINHA       | 367          | 311     | 1.578       | 1.397   | -            | -      | X     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 367   | 299        | 82/56                           |       |     |
| 03 MONT SERPAT               | 520          | 366     | 2.100       | 1.538   | -            | -      | X     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 500   | 70         | 296/134                         |       |     |
| 04 R. LAUDELINA CRUZ LEMOS   | -            | 30      | -           | 126     | -            | -      | X     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 30    | 30         | -                               |       |     |
| 05 STA. CLARA/MONSENHOR TOPP | 93           | 82      | 413         | 364     | -            | -      | X     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 93    | 45         | 37/11                           |       |     |
| 06 RUA JOSE BOITEUX          | -            | 67      | -           | 288     | -            | -      | X     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 67    | 67         | -                               |       |     |
| 07 R. ANGELO LAPORTA/ADJAC.  | -            | 62      | -           | 264     | -            | -      | X     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 62    | 40         | 22/-                            |       |     |
| 08 MORRO DO CEU              | -            | 43      | -           | 115     | -            | -      | X     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 43    | 40         | 03/-                            |       |     |
| 09 MORRO DO 25/NOVA IRENTO   | 151          | 126     | 648         | 542     | -            | -      | X     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 151   | 98         | 28/25                           |       |     |
| 10 MORRO DO PEDREGAL         | 116          | 116     | 522         | 522     | -            | X      | -     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 116   | 93         | 23/-                            |       |     |
| 11 MORRO DO HORACIO          | 450          | 219     | 1.935       | 944     | X            | X      | -     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 219   | 176        | 43/-                            |       |     |
| 12 VILA SANTA ROSA           | 126          | 126     | 630         | 630     | -            | -      | X     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 122   | 110        | 12/-                            |       |     |
| 13 MORRO DA PENITENCIARIA    | 330          | 277     | 1.485       | 1.246   | -            | X      | -     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 330   | 204        | 73/53                           |       |     |
| 14 SERRINHA I                | -            | 106     | -           | 477     | -            | -      | X     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 106   | 45         | 61/-                            |       |     |
| 15 SERRINHA II               | 60           | 60      | 258         | 258     | -            | X      | -     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 60    | 44         | 46/-                            |       |     |
| 16 CARUCIARA                 | 43           | 32      | 185         | 138     | -            | -      | X     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 43    | 27         | 25/11                           |       |     |
| 17 PANTANAL                  | -            | 34      | -           | 146     | X            | X      | -     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 34    | 34         | -                               |       |     |
| 18 MORRO DA QUEIMADA         | 142          | 115     | 610         | 495     | -            | -      | X     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 142   | 73         | 42/27                           |       |     |
| 19 CAEIRA DA VILA OPERARIA   | -            | 167     | -           | 718     | X            | X      | -     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 175   | 109        | 53/08                           |       |     |
| 20 COSTEIRA DO PIRAJUBA      | 2.457        | 406     | 10.565      | 1.746   | X            | X      | -     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 406   | 406        | -                               |       |     |
| 21 AREIAS DO CAMPECHE        | 124          | 104     | 547         | 453     | X            | -      | -     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 104   | 72         | 32/-                            |       |     |
| 22 MORRO DO QUILOMBUC/ITAC.  | 85           | 61      | 366         | 262     | X            | -      | -     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 85    | 46         | 15/24                           |       |     |
| 23 MORRO DO ATANASIO/S. GR.  | 80           | 68      | 344         | 292     | X            | X      | -     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 80    | 26         | 42/12                           |       |     |
| 24 MORRO DO VINO/S. GRANDE   | -            | 120     | -           | 516     | -            | -      | X     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 120   | 85         | 35/-                            |       |     |
| 25 MORRO DO BALAO/S. GRANDE  | -            | 62      | -           | 266     | X            | -      | -     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 62    | 43         | 19/-                            |       |     |
| 26 MORRO DO JANGA/S. GRANDE  | -            | 120     | -           | 526     | X            | -      | -     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 120   | 90         | 30/-                            |       |     |
| 27 R. ADAO DOS REIS/INGESES  | 26           | 24      | 112         | 103     | X            | -      | -     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 26    | 21         | 03/02                           |       |     |
| 28 RUA DO SIRI/INGESES       | 66           | 33      | 284         | 152     | X            | -      | -     | -                 | X      | -     | -            | X      | -     | -                | X      | -     | X        | -      | -     | X                | -      | -     | X              | -      | 66    | 23         | 10/33                           |       |     |
| TOTAL                        |              | 5.578   | 3.594       | 24.139  | 15.539       | 11     | 08    | 14                | 08     | 18    | 22           | 24     | 22    | 03               | 14     | 11    | 07       | 21     | -     | 00               | 20     | -     | 05             | 18     | 05    | 4.091      | 2.455                           | 1.135 | 523 |

LEGENDA:

INCOMP = INCOMPLETA      COMPL = COMPLETA      PAVIM. = PAVIMENTACAO

NO. HABITAC. = NUMERO DE HABITACOES      EST. CONSERVAC. = ESTADO DE CONSERVACAO

REDE ELTRICA - COMPLETA = Todas as casas possuem energia eletrica, atraves de redeio (cont

SISTEMA DE ESGOTO - NAO = Nao ha' rede nem fossas septicas.      - PARCIA

- COMPLETA = Ha' rede de esgoto com tratamento primario, ou os moradores u

PREC. = PRECARIO

REG. = REGULARES

rede parcial e/ou fossas septicas, e fossas negras.

ou "rabicho".

fossas septicas com sumidouro. (Ver especificacoes na conclusao do relatório do Perfil).

**ANEXO 2**

IPUF - Coord. de Planejamento Habitacional - PERFIL DAS AREAS CARENTES - CONTINENTE - 1993

| No | COMUNIDADES            | No. FAMILIAS |              | No. PESSOAS   |               | REDE DE AGUA |           | SISTEMA DE ESGOTO |           | REDE ELETRICA |           | ILUMINACAO PUBL. |           | DRENAGEM  |           | PAUIM./ESCADARIA |           | COLETA DE LIXO |           | No. HBBI TAC. | EST. CONSERVAC. |           |           |           |           |           |              |              |              |            |
|----|------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|-----------|-------------------|-----------|---------------|-----------|------------------|-----------|-----------|-----------|------------------|-----------|----------------|-----------|---------------|-----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|--------------|--------------|--------------|------------|
|    |                        | TOTAL        | CARENTE      | TOTAL         | CARENTE       | NAO          | INCOMP    | COMPL             | NAO       | INCOMP        | COMPL     | NAO              | INCOMP    | COMPL     | NAO       | INCOMP           | COMPL     | NAO            | INCOMP    |               | COMPL           | PREC.     | REG. BOM  |           |           |           |              |              |              |            |
| 01 | MORRO DA CAIXA I       | *            | 100          | *             | 430           | -            | -         | X                 | -         | -             | X         | -                | -         | -         | -         | -                | -         | -              | X         | 100           | 10              | 90        |           |           |           |           |              |              |              |            |
| 02 | MORRO DA CAIXA II      | *            | 346          | *             | 1.488         | -            | -         | X                 | -         | -             | X         | -                | -         | -         | -         | -                | -         | -              | X         | 346           | 60              | 286       |           |           |           |           |              |              |              |            |
| 03 | ILHA CONTINENTE        | 154          | 154          | 624           | 624           | -            | -         | X                 | -         | -             | X         | -                | -         | -         | -         | -                | -         | -              | X         | 138           | 58              | 51        |           |           |           |           |              |              |              |            |
| 04 | VILA APARECIDA I       | 164          | 156          | 705           | 670           | -            | -         | X                 | -         | -             | X         | -                | -         | -         | -         | -                | -         | -              | X         | 164           | 100             | 56        |           |           |           |           |              |              |              |            |
| 05 | VILA APARECIDA II      | 150          | 105          | 645           | 451           | -            | -         | X                 | -         | -             | X         | -                | -         | -         | -         | -                | -         | -              | X         | 150           | 60              | 55        |           |           |           |           |              |              |              |            |
| 06 | MORRO DO ABRAHA CEU    | 118          | 92           | 507           | 396           | -            | -         | X                 | -         | -             | X         | -                | -         | -         | -         | -                | -         | -              | X         | 100           | 48              | 38        |           |           |           |           |              |              |              |            |
| 07 | MORRO DO FLAMENGO      | 110          | 36           | 473           | 155           | -            | -         | X                 | -         | -             | X         | -                | -         | -         | -         | -                | -         | -              | X         | 91            | 21              | 20        |           |           |           |           |              |              |              |            |
| 08 | BAIXADA DO SAPE        | 40           | 22           | 172           | 95            | -            | -         | X                 | -         | -             | X         | -                | -         | -         | -         | -                | -         | -              | X         | 40            | 03              | 22        |           |           |           |           |              |              |              |            |
| 09 | MORRO CRISTO           | 300          | 210          | 1.290         | 903           | -            | -         | X                 | -         | -             | X         | -                | -         | -         | -         | -                | -         | -              | X         | 300           | 175             | 75        |           |           |           |           |              |              |              |            |
| 10 | SANTA TEREZINHA I      | 150          | 150          | 645           | 645           | -            | -         | X                 | -         | -             | X         | -                | -         | -         | -         | -                | -         | -              | X         | 150           | 120             | 30        |           |           |           |           |              |              |              |            |
| 11 | SANTA TEREZINHA II     | 57           | 45           | 285           | 225           | -            | -         | X                 | -         | -             | X         | -                | -         | -         | -         | -                | -         | -              | X         | 57            | 32              | 13        |           |           |           |           |              |              |              |            |
| 12 | NOVA ESPERANCA         | 49           | 49           | 221           | 221           | -            | -         | X                 | -         | -             | X         | -                | -         | -         | -         | -                | -         | -              | X         | 49            | 49              | -         |           |           |           |           |              |              |              |            |
| 13 | NOVO HORIZONTE         | 160          | 158          | 715           | 706           | -            | -         | X                 | -         | -             | X         | -                | -         | -         | -         | -                | -         | -              | X         | 160           | 138             | 20        |           |           |           |           |              |              |              |            |
| 14 | CHICO MENDES           | 1.100        | 1.100        | 4.330         | 4.330         | -            | -         | X                 | -         | -             | X         | -                | -         | -         | -         | -                | -         | -              | X         | 1.100         | 990             | 110       |           |           |           |           |              |              |              |            |
| 15 | SANTA GLORIA           | 320          | 292          | 1.376         | 1.256         | -            | -         | X                 | -         | -             | X         | -                | -         | -         | -         | -                | -         | -              | X         | 320           | 147             | 145       |           |           |           |           |              |              |              |            |
| 16 | NOSSA SRA. DO ROSARIO  | 42           | 32           | 180           | 138           | -            | -         | X                 | -         | -             | X         | -                | -         | -         | -         | -                | -         | -              | X         | 42            | 14              | 18        |           |           |           |           |              |              |              |            |
| 17 | PONTA DO LEAL          | 46           | 46           | 193           | 193           | -            | -         | X                 | -         | -             | X         | -                | -         | -         | -         | -                | -         | -              | X         | 46            | 46              | -         |           |           |           |           |              |              |              |            |
| 18 | VIA EXPRESSA           | 550          | 550          | 3.825         | 3.825         | -            | -         | X                 | -         | -             | X         | -                | -         | -         | -         | -                | -         | -              | X         | 550           | 480             | 70        |           |           |           |           |              |              |              |            |
| *  | Pop. Total H. da Caixa | 1.250        |              | 5.375         |               |              |           |                   |           |               |           |                  |           |           |           |                  |           |                |           |               |                 |           |           |           |           |           |              |              |              |            |
|    | <b>T O T A L</b>       | <b>4.760</b> | <b>3.643</b> | <b>21.561</b> | <b>16.663</b> | <b>-</b>     | <b>85</b> | <b>13</b>         | <b>03</b> | <b>12</b>     | <b>03</b> | <b>-</b>         | <b>04</b> | <b>14</b> | <b>02</b> | <b>09</b>        | <b>07</b> | <b>11</b>      | <b>06</b> | <b>01</b>     | <b>11</b>       | <b>05</b> | <b>02</b> | <b>03</b> | <b>11</b> | <b>04</b> | <b>3.903</b> | <b>2.551</b> | <b>1.099</b> | <b>253</b> |

**LEGENDA:**

INCOMP = INCOMPLETA  
 COMPL = COMPLETA  
 PAUIM. = PAVIMENTACAO  
 HQ. HABITAC. = NUMERO DE HABITACOES  
 EST. CONSERVAC. = ESTADO DE CONSERVACAO  
 PREC. = PRECARIAS  
 REG. = REGULARES  
 REDE ELETRICA - COMPLETA = Todas as casas possuem energia eletrica, atraves de relógio(contador) ou "rabicho".  
 SISTEMA DE ESGOTO: - NAO = Nao ha' rede nem fossas septicas.  
 - PARCIAL = Ha' rede parcial e/ou fossas septicas, e fossas negras.  
 - COMPLETA = Ha' rede de esgoto com tratamento primario, ou os moradores utilizam fossa septica com sumidouro. (Ver esclarecimentos na conclusao do relatório do Perfil).

## ANEXO 3

## PRINCIPAIS CARÊNCIAS

| ILHA  | CONTINENTE                                      |
|---|---|
| 01- Saneamento básico (rede coletora de esgoto) | 01- Urbanização (**)                            |
| 02- Melhorias habitacionais (*)                 | 02- Saneamento básico (rede coletora de esgoto) |
| 03- Urbanização (**)                            | 03 - Melhoria habitacionais (*)                 |
| 04- Regulamentação da terra                     | 04- Regulamentação da terra                     |
| 05- Contenção de encosta                        | 05- Iluminação pública                          |
| 06- Coleta e tratamento de lixo                 | 06- Vagas em creches                            |
| 07- Vagas em creches                            | 07- Área para recreação infantil                |
| 08- Atendimento no posto de saúde               | 08- Coleta e tratamento de lixo                 |
| 09- Iluminação pública                          | 09- Atendimento no posto de saúde               |
| 10- Telefone público                            | 10- Telefone público                            |
|   | 11- Centro comunitário                          |
|   | 12- Posto de saúde                              |

(\*) Melhorias habitacionais se referem, em geral, a construção de banheiros, e depois a melhoria do material empregado na construção das casas.

(\*\*) A urbanização compreende: pavimentação, abertura de ruas, melhorias dos acessos internos, escadarias e drenagens.

Fonte: IPUF - Perfil das áreas carentes de Florianópolis, 1993.

**ANEXO 4**

## PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIAIS

| ILHA                                     | CONTINENTE  |
|--|---|
| 01- Narcotráfego                         | 01- Narcotráfego                                    |
| 02- Desemprego/subemprego                | 02- Desorganização da comunidade (*)                |
| 03- Desorganização da comunidade (*)     | 03 - Desemprego/subemprego                          |
| 04- Não regulamentação da posse da terra | 04- Não regulamentação da posse da terra            |
| 05- Baixa renda familiar                 | 05- Alcoolismo                                      |
| 06- Desqualificação profissional         | 06- Violência                                       |
| 07- Roubo na comunidade                  | 07- Programa de atendimento à criança e adolescente |
| 08- Menor abandonado                     | 08- Falta de creches                                |
| 09- Inexistência de creches              | 09- Roubo na comunidade                             |
| 10- Degradação do meio ambiente          | 10- Cohabitação                                     |
| 11- Evasão escolar                       | 11- Falta de segurança                              |
|  | 12- Desnutrição infantil                            |
|  | 13- Evasão escolar                                  |

(\*) A desorganização da comunidade compreende a falta de união, em geral com a Associação de Moradores, para o tratamento dos problemas locais.

Fonte: IPUF - Perfil das áreas carentes de Florianópolis, 1993.

**ANEXO 5**

## **CLÁUSULA I - DO OBJETO**

O objeto do presente Convênio é a cooperação inter-institucional com vistas à implantação de programas de profissionalização popular nas comunidades de baixa renda do município de Iorionópolis, conforme o projeto anexo, o qual é parte integrante deste documento.

## **CLÁUSULA II - DA ADMINISTRAÇÃO**

O presente Convênio terá início na data de sua assinatura e término ao final de 02 (dois) anos, quando poderá ser renovado por período a ser definido, de comum acordo, desde que manifestado tal interesse por escrito e não prejudicados os cursos em andamento.

A coordenação geral das atividades pertinentes a este Convênio caberá ao Conselho Deliberativo, constituído por membros efetivo e suplente de cada instituição conveniada e representante indicado pelo Conselho Local de cada comunidade contemplada com o CPP. O Conselho Deliberativo será presidido por um de seus membros, eleito entre seus pares.

Caberá ao Conselho Deliberativo aprovar o programa específico de cada CPP e o plano de ação de cada conveniada, considerando a adequação à cultura da comunidade selecionada, o levantamento do perfil produtivo de seus moradores e as condições de mercado.

O Conselho Deliberativo designará um coordenador com atribuições específicas, para gerenciar o projeto, assegurando o padrão técnico CPP e o cumprimento do Convênio.

## **CLÁUSULA III - DAS OBRIGAÇÕES DA P.M.F.**

Caberá a P.M.F.

1. Incluir no orçamento os recursos necessários a implantação e manutenção do programa, objeto deste Convênio.
2. Alocar pessoal técnico necessário para exercer as funções nos CPP previstas no projeto anexo.
3. Garantir o custeio da manutenção de máquinas, equipamentos e instalações físicas, a guarda do patrimônio e despesas administrativas (telefone, água, luz, gás, material de limpeza e expediente) dos CPP.
4. Fornecer material de consumo necessários ao aprendizado do ENSINO I.
5. Celebrar a assinatura do Convênio, de preferência único, com as entidades identificadas.
6. Estimular a participação das organizações locais, para a criação e funcionamento do Conselho Local, nas comunidades onde estão localizados os CPP, articulado com outras entidades com essa atribuição.
7. Propor ao Conselho Deliberativo, embasado em critério técnico, as comunidades de baixa renda, nas quais deverão ser implantados os CPP.

8. Articular-se com entidades necessárias, para recrutar e selecionar os candidatos aos cursos oferecidos nos CPP.
9. Conveniar com a comunidade, visando otimizar os equipamentos comunitários existentes.
10. Participar da Educação Complementar, juntamente com as entidades conveniadas, conforme o projeto em anexo.
11. Encaminhar e acompanhar o atendimento à demanda de produto/serviço, conforme estabelecido nos projetos específicos.
12. Articular com outras entidades o acompanhamento e avaliação dos resultados no Projeto CPP, garantindo a efetividade do seu objeto.
13. Acompanhar o Estágio II, juntamente com outras entidades conveniadas.
14. Viabilizar a compra de matéria-prima do Estágio II, e as vendas de produtos acabados/serviços comunitários, através da organização e participação em centrais, cooperativas, e eventos ou feiras.
15. Acompanhar, por prazo determinado, as unidades produtivas derivadas do Estágio II.
16. Encaminhar egressos formais para cadastro de compras governamentais.

#### CLÁUSULA IV - DAS OBRIGAÇÕES DO SENAI-SC

Caberá ao SENAI-SC:

1. Articular-se com as entidades conveniadas necessárias para recrutar e selecionar os candidatos interessados, e que atendam aos requisitos previstos nos programas de profissionalização popular;
2. Ministrare ensino profissionalizante para operações industriais e de serviços (Ensino I e II) dentro dos padrões de qualidade do SENAI e de conteúdos específicos relativos à Educação Complementar, conforme projeto anexo;
3. Acompanhar e supervisionar os programas desenvolvidos nos CPP, com a metodologia do SENAI;
4. Incorporar os conteúdos atinentes às noções básicas de mecânica de máquinas e equipamentos ao Programa de Ensino I;
5. Fornecer o material didático necessário ao aprendizado do Ensino I e II;
6. Adequar o ensino profissionalizante às necessidades dos Estágios para atendimento à demanda de produtos/serviços de interesse das entidades conveniadas e empresas cadastradas;

- Fornecer através do seu quadro de pessoal, horas/atividades serviços técnicos e de apoio;
- Fornecer mão-de-obra para manutenção elétrica dos CPP;
- Encaminhar os treinandos aptos ao Ensino II e Estágio II;
- Ministrar o Estágio I e II com o objetivo de simular o mercado de produção, conforme projeto anexo;
- Emitir Certificados de Conclusão de cursos aos participantes, conforme regimento interno do SENAI;
- Orientar tecnicamente os aprovados no Estágio II para aquisição dos equipamentos necessários ao início de atividades como autônomo ou empregador;
- Identificar e treinar, em parceria com a ETF-SC e SESC, os instrutores dos cursos repassando-lhes a metodologia adequada às atividades de ensino aprendizagem e fornecer conhecimentos para que os mesmos exerçam o controle de qualidade nos estágios I e II.

## **ÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA UFSC**

### **erá a UFSC:**

- Colaborar na busca de recursos e na implantação, na manutenção e na elevação da eficácia das atividades previstas no projeto anexo;
- Pesquisar em conjunto com a UDESC, o perfil do mercado - necessidades e tendências - e o perfil produtivo das comunidades atendidas pelo projeto, com o objetivo de subsidiar a definição da programação a ser desenvolvida em cada CPP;
- Realizar pesquisas de demandas pelo projeto, articulando-se com outras entidades conveniadas com esta atribuição;
- Participar da educação complementar, através de conteúdos específicos necessários à clientela-alvo, ao Conselho Deliberativo e à comunidade conforme programa de cada CPP;
- Participar do aprofundamento de conteúdos específicos, atentando para qualificação dos treinandos/candidatos à obtenção de financiamento com perspectiva à implantação de empreendimentos produtivos;
- Fornecer certificados de conclusão de curso conforme o regimento geral da UFSC;
- Desenvolver metodologia para envolvimento das comunidades - alvo do projeto CPP;

8. Assessorar as comunidades beneficiadas pelo Projeto CPP, na formação do Conselho Local, previsto no Capítulo IV, Art. 25 do seu Regimento Interno, articulando-se com as demais conveniadas com esta atribuição;
9. Assessorar as comunidades atendidas pelo Projeto CPP na formação e consolidação dos empreendimentos produtivos oriundos do Projeto CPP;
10. Articular-se com as entidades conveniadas necessárias para recrutar e selecionar os candidatos atendendo aos requisitos previstos nos programas de profissionalização popular;
11. Orientar os treinandos aprovados no Estágio II quanto à obtenção de financiamento, recebimento de equipamento por doação e contrato de cessão em comodato para instalação de seus empreendimentos produtivos;
12. Orientar quanto à legalização dos empreendimentos produtivos oriundos dos CPP;;
13. Auxiliar a elaboração do projeto de viabilidade econômico-financeira dos empreendimentos produtivos para os interessados do Estágio II;

#### CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA UDESC

##### Caberá a UDESC:

1. Pesquisar, em conjunto com a UFSC, o perfil do mercado - necessidades e tendências - e o perfil produtivo das comunidades atendidas pelo projeto, com o objetivo de subsidiar a definição da programação a ser desenvolvida em cada CPP;
2. Participar do ensino de conteúdos específicos necessários à clientela-alvo, ao Conselho Deliberativo e à comunidade conforme programa de cada CPP;
3. Participar do aprofundamento dos conteúdos específicos atentando para qualificação do treinando-candidato à obtenção de financiamento com perspectiva à implantação de empreendimentos produtivos;
4. Fornecer certificadoras de Conclusão de curso conforme regimento da UDESC;
5. Articular-se com entidades conveniadas necessárias para recrutar e selecionar os candidatos atendendo aos requisitos previstos nos programas de profissionalização popular;
6. Orientar os treinandos no Estágio II quanto à obtenção de financiamento, recebimento de equipamentos para doação e contrato de cessão em comodato para instalação de seus empreendimentos produtivos;
7. Participar na educação complementar, atentando para a qualificação do treinando candidato à obtenção de financiamento e com perspectiva de implantação de empreendimentos produtivos;
8. Orientar quanto à legalização dos empreendimentos produtivos oriundos dos CPP;

9. Elaborar o projeto de viabilidade econômico-financeira dos empreendimentos produtivos para os interessados do Estágio II.

## **CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA SHD-SINE**

### **Caberá à SHD-SINE**

1. Articular com as entidades comunitárias e instituições governamentais, notadamente as que lhe tenham proximidade institucional e/ou de relação de cooperação técnico-financeira, visando a disponibilidade de espaços físicos para a implantação e funcionamento dos CPP;
2. Ministrará, nas áreas de sua competência, os conteúdos da educação complementar, conforme o programa dos CPP, acompanhando os treinandos candidatos ao mercado de trabalho;
3. Viabilizar a alocação de recursos humanos correspondentes às atividades propostas no projeto anexo;
4. Emitir Cateira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), através do SINE-SC;
5. Viabilizar a participação e a realização de feiras e eventos, para divulgar a produção comunitária;
6. Promover a melhoria do nível organizacional da comunidade escolhida, através da criação e/ou ativação dos grupos organizados existentes, para que colaborem com a CPP, em conjunto com as demais conveniadas;
7. Cooperar financeiramente nas pesquisas econômicas sobre o mercado de trabalho e de produção;
8. Cooperar financeiramente nas pesquisas sobre emprego formal e informal na Grande Florianópolis;
9. Incluir no Plano de Trabalho do SINE-SC para 1994 e anos subsequentes, a serem apresentados no Ministério do Trabalho, as ações e atribuições previstas no projeto anexo e programas específicos inerentes a intermediação de mão-de-obra, atendimento ao seguro desemprego e à reciclagem profissional;
10. Articular com as entidades conveniadas necessárias para recrutar e selecionar os candidatos interessados e que atendam aos requisitos previstos nos programas de profissionalização popular;
11. Assessorar o Estágio II, conforme o projeto anexo.

## **CLÁUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES DA ETF-SC E DA FETESC**

### **Caberá a ETF-SC e a FETESC**

1. Viabilizar a prática deste convênio, tanto na operacionalização do projeto anexo como na administração da relação entre as entidades conveniadas através da FETESC que se colocará à disposição para coordenar e avaliar dentro da sua área de atuação cursos de profissionalização popular;
2. Recrutar, selecionar e contratar os profissionais necessários mediante o pagamento de salários, encargos sociais, fundo de rescisão e taxa de administração, que serão de responsabilidade da instituição que solicitar os serviços da ETF-SC;
3. Colocar a experiência da ETF-SC atinente ao Serviço de Integração Escola-Empresa à disposição das entidades conveniadas para o gerenciamento das atividades de estágio;
4. Participar, juntamente com as demais entidades conveniadas, da educação complementar conforme dispõe o projeto anexo;
5. Fornecer certificados de conclusão de curso conforme os estatutos da ETF-SC;
6. Identificar e treinar, em parceria com SENAI e SESC, os instrutores dos cursos repassando-lhes a metodologia adequada às atividades de ensino aprendizagem e fornecer conhecimentos para que os mesmos exerçam o controle de qualidade nos estágios I e II;
8. Colaborar com o Projeto nas transações que envolvam entrada ou saída de produto e serviços oriundos dos CPP.

## **CLAÚSULA IX - DAS OBRIGAÇÕES DO SESC**

### **Caberá ao SESC**

1. Conceder até 5 (cinco) bolsas de estágio para alunos da UFSC e/ou UDESC com vistas a apoiar, com suporte técnico os programas dos CPP e Conselho Deliberativo do CPP;
2. Participar, juntamente com as demais entidades conveniadas, do aprofundamento do conteúdo repassado no Ensino I e II e das ações de nivelamento e educação complementar necessários para o alcance dos objetivos dos programas CPP;
3. Participar da definição e organização dos programas dos CPP observando o perfil sócio econômico da população alvo e perfil do mercado - necessidades e tendências;
4. Colaborar na viabilização de feiras e/ou eventos com vistas a comercialização do produto e valorização do contexto cultural das comunidades envolvidas;
5. Articular-se com a ETF-SC e SENAI, para recrutar e selecionar os candidatos a instrutores interessados e que atendam aos requisitos previstos nos programas de profissionalização popular e participar do treinamento.

AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

1) PARTE ESCRITA

1.1) CONTEÚDO:

a) *Objetivo do Estudo - (na área econômica):*

Até que ponto a delimitação dos objetivos permitiu que seus propósitos fossem alcançados.

NOTA: 0 / 1 / 2 / 3 / 4 / 5 / 6 / 7 / 8 / 9 / 10. [0,5]

b) *Metodologia:*

A metodologia utilizada foi apropriada para alcançar os objetivos.

NOTA: 0 / 1 / 2 / 3 / 4 / 5 / 6 / 7 / 8 / 9 / 10. [0,5]

c) *Corpo do Trabalho:*

O desenvolvimento teórico, analítico, de resultado e de conclusão foram sistematizados de maneira a possibilitar o atingimento dos objetivos. A bibliografia é utilizada.

NOTA: 0 / 1 / 2 / 3 / 4 / 5 / 6 / 7 / 8 / 9 / 10. [0,5]

Item 1.1) Média  $(a + b + c) / 3 =$  \_\_\_\_\_  $\times 5,0$  (peso) = \_\_\_\_\_

1.2) ESTILO E FORMA DE APRESENTAÇÃO:

a) A redação foi clara, a linguagem precisa, as idéias foram apresentadas com lógica e continuidade, o uso da terceira pessoa do singular e da voz passiva foram seguidos no texto.

NOTA: 0 / 1 / 2 / 3 / 4 / 5 / 6 / 7 / 8 / 9 / 10. [0,5]

b) As tabelas, quadros, figuras, citações bibliográficas, notas de rodapé, números, abreviaturas, anexos, referências bibliográficas, etc., seguiram as normas técnicas.

NOTA: 0 / 1 / 2 / 3 / 4 / 5 / 6 / 7 / 8 / 9 / 10. [0,5]

Item 1.2) Média  $(a + b) / 2 =$  \_\_\_\_\_  $\times 2,0$  (peso) = \_\_\_\_\_

2) PARTE ORAL

O conteúdo da exposição e da arguição, a postura, a gesticulação, a linguagem, os recursos didáticos e audiovisuais, desenvolvidos ou apresentados durante a defesa oral, foram satisfatórios.

NOTA: 0 / 1 / 2 / 3 / 4 / 5 / 6 / 7 / 8 / 9 / 10. [0,5]  $\times 3,0$  (peso) = \_\_\_\_\_

NOTA FINAL: 1) PARTE ESCRITA - item 1.1) = \_\_\_\_\_

- item 1.2) = \_\_\_\_\_

2) PARTE ORAL = \_\_\_\_\_

Soma (Partes 1 + 2) = \_\_\_\_\_

Soma/10 (Nota Final) = \_\_\_\_\_

Comissão de Avaliação

1. (Presidente) Prof. \_\_\_\_\_

Ass. \_\_\_\_\_

2. (Membro) Prof. \_\_\_\_\_

Ass. \_\_\_\_\_

3. (Membro) Prof. \_\_\_\_\_

Ass. \_\_\_\_\_

(Nome do Aluno) Cláudia Faraco

Data de Defesa: \_\_\_\_ / 11 / 94

PARECER DA BANCA: (Aspectos Positivos e Negativos da Monografia)

---

---

---